



DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

SESSÃO SUPLEMENTAR

REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE AGOSTO DE 1979

Presidente: Ex.º Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

Secretários: Ex.ºs Srs. Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes
 Carlos Alberto Coelho de Sousa
 Maria José Paulo Sampaio
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

A Sr.º Primeiro-Ministro (Maria de Lurdes Pintasilgo) procedeu à apresentação do Programa do V Governo Constitucional, tendo respondido depois a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Salgado Zenha (PS), Helena Roseta (PSD), Rui Pena (CDS), Carlos Carvalhas (PCP), Manuel Monteiro (UDP), Magalhães Mota, Lopes Cardoso, Brás Pinto e Carmelinda Pereira (Indeps).

No inicio da sessão, o Sr. Presidente deu conhecimento de uma comunicação do Sr. Deputado Cunha Simões (CDS), renunciando a sua passagem a Deputado independente, de uma comunicação do Sr. Deputado Acácio Barreiros (UDP), apresentando a sua renúncia ao mandato de Deputado, e de uma carta do Sr. Deputado Freitas do Amaral (CDS), agradecendo as manifestações de pesar por parte do Sr. Presidente da Assembleia pelo falecimento de seu pai.

A Assembleia autorizou também a substituição do Deputado da UDP Acácio Barreiros por Manuel Monteiro, depois de tudo pelo Sr. Deputado Pinto da Cruz (CDS) o respectivo relatório à Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho Martins do Vale.
 Albano Pereira da Cunha Pina.
 Alberto Marques Antunes.
 Álvaro Monteiro.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António Barros dos Santos.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Chaves Medeiros.
 António Duarte Arnaut.

António Francisco Barroso Sousa Gomes.
 António José Pinheiro da Silva.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando F. C. Pereira Bacelar.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Pereira Loureiro Zenha.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Alberto Andrade Neves.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel da Costa Moreira.
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
 Dieter Dellinger.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Etilvina Lopes de Almeida.
 Eurico Manuel das Neves H. Mendes.
 Fernando Reis Luís.
 Florival da Silva Nobre.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco António Marcos Barracosa.
 Francisco de Assis de M. Lino Neto.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 João Joaquim Gomes.
 João da Silva.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José dos Santos Francisco Vidal.
 José Ferreira Dionísio.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 José M. de Lancastre de A. Leitão.
 Ludovina das Dores Rosado.
 Luis Abílio da Conceição Cacito.

Luís Alfredo Cardoso Monteiro.
 Luís José Godinho Cid.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel Francisco Costa.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Lencastre M. de Sousa Figueiredo.
 Manuel Pereira Dias
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Teresa Vieira Bastos R. Ambrósio.
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
 Pedro Amadeu de A. dos Santos Coelho.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Telmo Ferreira Neto.
 Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Social-Democrata (PSD)

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 António Jose dos Santos M. da Silva.
 António Julio Simões de Aguiar.
 António Neves Anacleto.
 Armando António Correia.
 Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Casimiro Gomes Pereira.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando Barata Rocha.
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Alves da Cunha.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 Jose Bento Gonçalves.
 José Manuel M. Sampaio Pimentel.
 José Teodoro de Jesus da Silva.
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Maria Helena do Rêgo da Costa S. Roseta.
 Nicolau Gregorio de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.
 Carlos Martins Robalo
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João Lopes Porto
 Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.
 José Cunha Simões.
 Jose Duarte A. Ribeiro e Castro.
 José Vicente J. Carvalho Cardoso.
 Luís Esteves Ramires.
 Maria Jose Paulo Sampaio.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Victor Atouguia Pinto da Cruz.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Juzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido Marques Gago.
 Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos H. S. Aboim Inglês.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Eduardo Sá Matos.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa C. Pacheco Pereira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José Cavalheira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino de Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascenção M. Dias Ferreira.
 Octávio Floriano Rodrigues Fato.
 Raúl Luis Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Victor Henrique Louro de Sá
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Independentes

Antídio das Neves Costa.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Francisco Braga Barroso.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
 José António Nunes Furtado-Fernandes.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Justíniano Taboada Braz Pinto.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.
 Ruben Jose de Almeida Martins Raposo.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

O Sr. Presidente: - Responderam à chamada 171 Srs. Deputados.

Temos quorum, pelo que declaro aberta a sessão
Erani 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: - Srs. Deputados: A fim de se evitar interpretações sem fundamento, pedem-me para ler aos Srs. Deputados os seguintes documentos: um, dirigido ao Presidente da Assembleia da República, é do seguinte teor:

Tomar, 12 de Agosto de 1979.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da República:

Agradeço a V.Ex.^a que a partir deste momento (dia 13 de Agosto de 1979) de conhecimento à Assembleia que passo a Deputado independente, largando, deste modo, todos os laços que me ligam ao Centro Democrático Social.

Com os meus melhores cumprimentos.

Cunha Simões.

O outro tem o seguinte teor

Sr Presidente da Assembleia da República:

Tendo a Comissão Permanente do Conselho Nacional da UDP decidido demitir-me de Deputado, venho por este meio apresentar a V.Ex.^a, ao abrigo do artigo 20.^º do Estatuto de Deputado e do artigo 7.^º do Regimento, a minha renúncia ao mandato de Deputado.

Aproveito esta oportunidade para apresentar os meus respeitosos cumprimentos a V.Ex.^a, pessoa a quem aprendi a respeitar nas difíceis horas de resistência à ditadura, e pela forma elevada como tem desempenhado as funções de Presidente desta Assembleia.

Através de V.Ex.^a aproveito para apresentar a todos os democratas desta Câmara os meus cumprimentos.

Desejaria ainda dirigir duas últimas palavras.

A primeira, aos senhores jornalistas, cujo espírito de verdade se fica a dever, em grande parte, a divulgação das posições que nesta Câmara defendi.

A segunda, aos trabalhadores desta Assembleia, cuja dedicação e espírito de sacrifício seria injusto ignorar.

Finalmente, a todos os trabalhadores e a todos os democratas ao serviço de quem tive a honra de exercer o meu mandato, deixo um voto de confiança e de certeza de que seguramente faremos de Portugal uma Pátria livre e socialista.

Respeitosamente

Acácio Barreiros.

Há ainda um outro documento, cujo texto é o seguinte:

A S.Ex.^a o Sr Presidente da Assembleia da República:

Venho por este meio agradecer a V.Ex.^a, profundamente sensibilizado, as palavras que teve a gentileza de proferir nesta Assembleia por ocasião do falecimento de meu pai e a iniciativa que tomou de propor por essa motivo um voto de pesar.

Agradeço igualmente, muito reconhecido, na pessoa de V.Ex.^a e por seu intermédio, à Assembleia da República e a todos os Srs. Deputados a aprovação unânime desse voto.

Os melhores e mais respeitosos cumprimentos.

Diogo Freitas do Amaral.

Iniciando propriamente os nossos trabalhos, dou a palavra à Sr.^a Primeiro-Ministro

A Sr.^a Primeiro-Ministro (Maria de Lurdes Pintasilgo): - Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados: Eis-me perante a Assembleia da República a cumprir o preceito constitucional de apresentação do Programa do Governo.

Faço-o na plena convicção de que me é concedido um privilégio: expor aos legítimos representantes do povo - perante os quais o Governo é responsável - as traves mestras de uma actuação e de uma filosofia para o que tenho vindo a chamar de "marcha dos cem dias".

A decisão, já tomada pelo Sr. Presidente da República, de dissolução desta Assembleia em nada prejudica ou diminui o acto que hoje realizo. Pelo contrário: tenho a consciência de que uma clara transparéncia - que o mesmo é dizer rigor e profundidade em termos dos objectivos e das perspectivas globais do programa - é exigida ao Governo durante o debate que hoje iniciamos.

Mais: sabendo a intensa actividade legislativa realizada pela Assembleia na presente legislatura, é-me particularmente grato poder afirmar que o Governo a que presido se honra de poder dar execução às leis aqui votadas, independentemente do conhecimento dos grupos que contribuíram para, em cada caso, se estabelecer uma maioria.

Na verdade, em democracia o voto não é qualificado, não surge afectado de qualquer coeficiente que ligue a decisão maioritária obtida a um ou outro sector do hemicílio. E essa neutralidade objectiva do voto e para o executivo mais uma garantia de que, fazendo cumprir as leis, assume a vontade da maioria (garantia que ganha maior força pelo facto de, ao longo da história desta legislatura, a maioria não ter tido configuração monolítica).

Assim, o que para o Poder Legislativo poderá ter sido um caminho de alianças e confrontos vários - normais e correntes em qualquer parlamento - , torna-se para o Poder Executivo mais uma certeza de não estar, na sua prática, a favorecer nenhuma formação política em detrimento de outras.

Que outros factores não houvera e já este era suficientemente forte para postular a total isenção do Governo!

Julgo, porém, que a Assembleia tem o direito de saber, de forma mais completa, se possível, que imagem tem o Governo de si próprio: que Governo e, como entende sé-lo.

As circunstâncias especiais que conduziram à formação deste Governo levantarão, naturalmente, dúvidas quanto à sua natureza e aos seus limites. Não pode o Governo escamotear, perante o povo, tais interrogações. Por isso tenta responder-lhes, à guisa de questões previas, no I capítulo do Programa, ao enunciar "as referências políticas" em que se enquadra.

Tendo o Sr. Presidente da República anunciado simultaneamente a realização de eleições intercalares e a formação de um executivo que governasse o País até nova clarificação do equilíbrio das forças partidárias nascida da consulta popular, o Governo a que presido, embora constitucional, surge marcado pela "transição".

Transição e não rotura - que tal seja bem entendido. O Governo insere-se numa prática e numa interdependência das instituições democráticas exigidas pelo espírito do 25 de Abril que não permitem encarar-lo como uma descontinuidade, uma interrupção, um parêntesis na vida democrática.

Transição que o Governo, sentindo-lhe as limitações, está, no entanto, disposto a aproveitar nas virtualidades que encerra.

Primeiro, porque tal período poderá ser um "tempo de actuação" útil para os partidos e forças políticas, permitindo a necessária clarificação da vida política portuguesa e, em consequência, a prossecução de um projecto de vida que corresponda, sem temores, desvios ou hesitações, às aspirações legítimas do povo português. Depois, porque, num período de transição, a sociedade-em-trânsito não é uma sociedade fechada sobre si própria. Escoa-se de um tempo já vivido para se alongar, adentrando-se, num tempo ainda desconhecido.

O Governo de uma tal sociedade tem necessariamente de se projectar para o futuro, agudamente consciente não só de que todas as suas decisões devem ser fermento revitalizador do tecido social da vida e da democracia portuguesas, mas também de que todos os seus actos têm de ser garante da liberdade de actuação dos dirigentes que as eleições intercalares levarem a assumir a condução da coisa pública.

Tem este Governo, assim, a firme convicção de que lhe compete preparar, a muitos níveis, as tarefas dos que vierem a seguir. Não considera, de modo algum, os Governos futuros como inimigos ou rivais. Com plena consciência da sua responsabilidade política, procurará gerir as questões do Estado de tal modo que, nem por incúria nem por falta de previsão, esses Governos se venham a encontrar a braços com situações cuja solução esteja fora do alcance das suas possibilidades governativas.

Um governo de transição supõe ainda outro factor: é que não lhe é dado tempo para procurar, experimentando-as, várias soluções. Tem de gerir, decidir, executar tudo perante um horizonte fixo no tempo.

Paradoxalmente, é assim um governo de transição aquele que, para poder governar, mais exige à partida um conjunto nítido de valores éticos e políticos que lhe sirvam de referencial e uma concepção eficaz e rigorosa da sua estrutura e funcionamento.

Ora os valores e referências que norteiam a acção do Governo constam sucintamente do II capítulo do Programa, intitulado "Perspectivas globais da acção governativa". Que me seja permitido indicá-los, antes da leitura que os Srs. Deputados oportunamente poderão fazer, a um tempo, na perspectiva de uma visão colegialmente assumida que o Governo para si mesmo definiu e na sequência das convicções pessoais de que, ao longo de vários momentos da história destes anos, tenho vindo a testemunhar ao País:

1 — O Governo considera-se vinculado, pelo seu mandato, de forma prioritária às eleições intercalares. É a esse mandato que vai buscar os vectores determinantes da sua actuação e as perspectivas globais em que os seus objectivos se enquadram.

A primeira condição para o exercício da governação é, neste período, a criação de um clima de serenidade que, para além de proporcionar o enquadramento necessário para que o acto eleitoral se realize com a correcção e a dignidade que lhe são próprios, torne possível que os Portugueses se ponham a si próprios as verdadeiras questões que dizem respeito à sua vida, hoje e no futuro.

Ora estas questões não se identificam necessariamente com as zonas de confronto rígido em que frequentemente se categorizam as opções. Elas ultrapassam os dilemas meramente ideológicos para se situarem no plano das aspirações, das perplexidades e das motivações que tocam o quotidiano da vida individual e colectiva.

Pelo seu estilo e pela sua conduta, o Governo procurará, nas breves semanas de que dispõe, contribuir para pôr em relevo outros dilemas bem mais complexos e que estão presentes em todas as formas de regime político, conscientes e democráticas. São esses dilemas, entre outros, a relação entre a economia e os direitos sociais, entre a acumulação e a distribuição, entre a promoção individual e a responsabilidade colectiva, entre a afirmação da identidade cultural de cada povo e a diversificação do seu relacionamento com outros povos.

2 — O clima de serenidade que é intenção do Governo reforçar não poderá deixar de ser uma atmosfera e vivência de liberdade, querida e consentida, onde mutuamente se enriqueçam as virtualidades pessoais e as aspirações colectivas.

Atento à inviolabilidade da liberdade de consciência e ao pleno exercício das restantes liberdades fundamentais, o Governo procurará estimular os Portugueses a desenvolverem a capacidade de se situarem criadoramente, sem constraintamentos, face à história que lhes é dado viver.

Não esquecerá também que a criatividade individual encontra terreno fértil em todas as formas de associação onde estão patentes a comunidade de interesses e de afectos.

Procurará, assim, dar especial relevo aos espaços e aos gestos que exprimem a originalidade de cada um, tentando que se criem e fortaleçam organismos vivos onde a interacção criadora se possa estabelecer.

Este clima de liberdade pessoal e de grupo é condição para a expressão de uma identidade cultural consciente dos seus valores e dos seus objectivos. Nela reposará a liberdade colectiva que culmina na afirmação inequívoca da independência nacional e nos esforços para a tornar actuante no conserto dos condicionalismos internacionais.

Creio bem que, longe já das épocas distantes de um isolamento sem brio, não podemos permitir qualquer submissão a poderes alheios, por mais neutrais que sejam as suas apariências e benevolentes as suas intenções. Onde quer que Portugal está presente, é uma história e um povo — que não se renegam, não se curvam nem se amedrontam.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a Primeiro-Ministro: — A afirmação das liberdades vai de par, em democracia, com a prioridade atribuída à satisfação das necessidades básicas de cada povo. No contexto português, tal prioridade é claramente afirmada pela Constituição em termos de resposta aos direitos fundamentais dos cidadãos. A consciência desses direitos conduzirá toda a acção do actual Governo, exigindo que a política de produção de riqueza e a sua distribuição sejam subordinadas à satisfação das necessidades que condicionam o dia-a-dia da vida nacional. Altera-se assim a tradicional correlação entre a economia e o social e impede-se que as chamadas "exigências da economia" invadam todo o campo da decisão política, provocando o estrangulamento dos objectivos sociais prioritários.

Em termos práticos, isto significa que o Governo procurará, na medida do possível dentro do tempo de que dispõe, minorar o fosso existente entre a camada da população que detém um poder de compra elevado e as largas franjas que não chegam sequer a aceder aos níveis mínimos de subsistência.

Entender-se-á assim facilmente que a alimentação, a saúde, a habitação, a educação e a segurança social constituam o conjunto de necessidades básicas que merecerão deste Governo todo o esforço que a sua curta duração lhe permitir.

4 — A preparação do acto eleitoral supõe também a mobilização de todos os recursos humanos para uma maior capacidade de decisão e de empenhamento. Procurará, por isso, o Governo dar incremento a todas as iniciativas em curso e leis em execução que, repartindo a autoridade, reforcem a responsabilidade de cada cidadão e de cada comunidade humana, qualquer que seja a sua dimensão. Valorizar-se-ão, assim, todas as formas de vivência colectiva e democrática que se manifestem em qualquer local ou distrito do continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

São as comunidades coesas e homogéneas que modelam a identidade cultural, que salvaguardam e enriquecem o património, que determinam a orientação da produção, que asseguram o modo mais conveniente de se organizarem e estabelecerem as normas da sua convivência. Mas este movimento social legítimo e necessário só será operativo se a ele corresponder um aparelho de Estado capaz de se adaptar às exigências e responsabilidades que daí decorrem.

Entende o Governo que para tal é indispensável descentralizar de forma clara as decisões políticas e desconcentrar as decisões técnicas. Tal desconcentração permitirá encarar com realismo a diversidade tão rica em potencialidades das várias zonas do País e responder com rapidez às exigências reais e legítimas das populações.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Para além das traves mestras que acabo de enunciar ao nível dos valores, o Programa a que tenho a honra de apresentar traduz, ao nível das estruturas e do funcionamento do executivo, algumas inovações que, embora introduzidas a nível experimental, não deixarão de abrir caminhos para uma mais eficaz gestão da coisa pública.

Tal é o conteúdo dos capítulos III e IV do Programa,

onde se enunciam, respectivamente, objectivos por áreas de problemas e medidas sectoriais a nível político e legislativo.

Pela primeira vez, a área social e a área cultural aparecem na estrutura do Governo, a par da área económica. Na área social se incluem não só os sectores da saúde e da segurança social, mas também o trabalho, a habitação e obras públicas, os transportes e comunicações. Com tal integração se pretende manifestar o peso da intenção social do Governo relativamente aos ministérios responsáveis por tais sectores.

Na área cultural incluem-se os sectores da cultura e da ciência — agora integrados num Ministério — e os sectores da educação e da comunicação social. Também aqui há uma intenção que pretende dar à cultura o carácter pluriforme que necessariamente tem na sociedade moderna.

Não hesita o Governo em declarar, perante a Assembleia, que esta estrutura está longe de ser uma mera reorganização de sectores, nem tão pouco um qualquer organograma. Ela destina-se a permitir que o Governo realize a tarefa que lhe cabe relativamente à Administração Pública: descompartimentar para melhor coordenar.

Ao enunciar no capítulo IV as "principais medidas políticas e legislativas", o Governo não as identifica com o somatório dos programas internos que necessariamente guiarão a acção de cada Ministério. Secretaria de Estado ou serviço público. Houve a preocupação de indicar, de forma selectiva, as medidas que correspondem a opções políticas, abandonando assim o esquema até agora seguido da listagem exaustiva das acções a empreender. Isso permitiu manter a dimensão do Programa dentro dos limites que eu própria tinha dado.

Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Deputados: Era minha intenção ter completado o Programa do Governo com uma simples folha que, para mim mesma, apelidei de "exortatória". Não o fiz por escrito, mas faço-o agora.

Ao expor algumas linhas do Programa do Governo, deixei claras as motivações e as finalidades do compromisso que, com os meus colegas no Governo, livremente assumi. A esta Assembleia — e por ela ao povo português — alguma coisa peço em troca: a participação activa e consciente nas tarefas que nos cabem, porque, homens e mulheres deste país, somos a maior riqueza que ele possui: a tolerância e o respeito mútuo, reparando injustiças, procurando soluções dialogantes para os conflitos, desfazendo os equívocos que facilmente se propagam, nos enleiam, nos comprometem; a confiança nos outros, para além das discriminações, das passividades, das ideias feitas, talvez das calúnias.

Fora este Governo ocasião de um tal desabrochar de valores e a sua missão estaria cumprida. Por isso um só voto exprimo: que, no termo dos cem dias, me possa apresentar aqui para dizer que "da obra ousada é minha a parte feita". O "por fazer" é só com os homens e com Deus.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai agora seguir-se o primeiro intervalo de hoje. A seguir proceder-se-á aos pedidos de esclarecimento pelos diversos partidos e pelos Deputados independentes.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostava de ter conhecimento do Programa do Governo para poder, com base nele e nas palavras da Sr.^a Primeiro-Ministro, formular os pedidos de esclarecimento.

Agradecímos portanto que o mesmo nos fosse entregue o mais breve possível.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Laje, segundo me foi comunicado está estabelecido que a entrega do Programa seria feita imediatamente a seguir à intervenção da Sr.^a Primeiro-Ministro. Espero que assim seja.

Antes ainda de interromper a sessão, comunico aos Deputados que, a pedido da UDP, convoco a Comissão Regimento e Mandatos para uma reunião no meu Gabinete, a fim de ser analisado o pedido de renúncia e a substituição do Sr. Deputado Acácio Barreiros.

Está então interrompida a sessão por trinta minutos.

Eram 15 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 16 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr.^a Primeira-Ministra: V. Ex.^a apresentou o seu Programa de Governo e, antes de o fazer, fez uma exposição introdutória sobre as suas intenções quanto à sua acção governativa caso o Governo venha a ser investido por esta Assembleia.

Nos termos regimentais, solicito uma moratória de dois dias para estudar o Programa do Governo agora apresentado. Como tal, as minhas perguntas limitar-se-ão ao discurso feito por V. Ex.^a.

Gostaria, em primeiro lugar, de começar por dirigir uma palavra de saudação à Sr.^a Primeira-Ministra. Tive a honra de a conhecer depois do 25 de Abril em várias actividades governamentais e políticas, quer durante os Governos Provisórios quer na actuação política que se seguiu após a Sr.^a Primeira-Ministra ter deixado o Governo. Quero dizer, com toda a franqueza e sem qualquer intuito de retribuição, que a Sr.^a Primeira-Ministra merece a nossa admiração pela generosidade do seu coração, pelo seu profundo espírito democrático e pela fé e coragem que põe em toda a sua actuação e em todo o seu procedimento.

Não me referirei às suas convicções religiosas porque penso que em política elas são irrelevantes: todos os políticos são julgados pelo modo como actuam e não pelas convicções a que dizem ser fiéis. Das convicções religiosas Deus será o julgador, e em política serão os homens a julgarem-na.

Risos.

Portanto, refiro-me à pessoa como tal, que merece a minha admiração, a minha simpatia, admiração e simpatia que é perfilhada por toda a bancada do meu partido.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Gostaria ainda de exprimir uma breve palavra de repúdio pela campanha de que a Sr.^a Primeira-Ministra tem sido alvo, não porque a crítica em democracia não seja legítima — e com certeza que a Sr.^a Primeira-Ministra encontrará em si as forças e a coragem para fazer face às críticas de que tem sido alvo —, mas porque essas críticas muitas vezes se têm revestido de uma forma que choque os nossos sentimentos morais, donde estas palavras de repúdio. Claro que a Sr.^a Primeira-Ministra, naquela profunda caridade cristã que impregna todos os seus actos, sabe perfeitamente que também Jesus Cristo disse por vezes "Perdoai-lhes, Senhor, eles não sabem o que dizem nem o que fazem" ...

Risos.

Embora o meu cristianismo não seja com certeza tão profundo como o da Sr.^a Primeira-Ministra, não devemos esquecer que, depois de uma ditadura que durou quase meio século e em que a paranoia e a perseguição foram o método de actuação política constante, é natural que esse

estilo e esse clima tenham deixado raízes. E, no entanto, ocasião para dizer que, depois de cinco anos de democracia e de convivência democrática, seria tempo já de terem desaparecido essas formas de ataque político, que não são críticas mas formas reprováveis de actuação política.

Vejo a Sr.^a Primeira-Ministra acompanhada por tantos ilustres membros do Governo, e nem por todos professamos os mesmos sentimentos de simpatia, pois para uns serão maiores e para outros menores — mas não entrarei nesse método de fazer a quantificação da nossa simpatia ou até, em relação a alguns, de uma certa antipatia, pois não vale a pena entrar em tais pormenores —, que, se me permitem e sem que isso possa de forma alguma significar discriminação em relação a qualquer dos outros, gostaria de fazer uma referência especial ao Sr. Ministro Costa Brás. Tive a honra de o conhecer após o 25 de Abril em vários Governos Provisórios, aliás os mesmos de que fez parte a Sr.^a Primeira-Ministra. Foi o Sr. Ministro Costa Brás o responsável pela preparação das primeiras eleições democráticas realizadas em Portugal após 1926 e, como tal, queria exprimir-lhe a minha simpatia, a minha admiração e, se me é lícito dizê-lo, a minha solidariedade não partidária. Eu sou um homem de partido e não tenho nenhuma vergonha de o dizer, pelo contrário, penso que esse é um título que me nobilita politicamente.

Gostaria de dizer que nos acontecimentos difíceis que se seguiram ao 25 de Abril, em que houve peripécias de varia ordem e era necessário enfrentá-las com coragem e com decisão, encontrámos sempre no Sr. Ministro Costa Brás um verdadeiro revolucionário democrata, isto é, fiel ao programa do 25 de Abril, fiel aos valores da democracia e fiel àqueles princípios de coragem e de civismo que é sempre necessário utilizar para instaurar e consolidar a democracia.

Aplausos do PS e do Deputado independente Vasco da Gama Fernandes.

Queria também fazer uma referência especial ao Sr. Ministro Sousa Franco. Em primeiro lugar, porque é o único parlamentar que faz parte deste Governo e é para nós, Deputados, que somos considerados hoje em dia pelos elementos reaccionários do nosso país como uma espécie de subproduto político e que é necessário fazer desaparecer, muito grato ver um Deputado no seio deste Governo. Esta homenagem é-lhe prestada em primeiro lugar na qualidade de parlamentar.

Em segundo lugar, porque, independentemente das vicissitudes da carreira política do Sr. Ministro Sousa Franco, sobre as quais não me pronuncio, nem tenho de o fazer, pois resiro-me apenas à sua pessoa, tive a oportunidade de após o 25 de Abril ter apreciado a alta inteligência, a grande capacidade e o profundo espírito democrático do Prof. Sousa Franco, quer quando colaborou com os Governos Provisórios na elaboração do projecto da Lei de Imprensa, quer quando tive a honra de fazer parte de um Governo Provisório de que igualmente o Sr. Ministro Sousa Franco fez parte. Finalmente, também tive a oportunidade de apreciar as suas qualidades de parlamentar e de competência nesta Assembleia, muitas vezes terçando armas para defendermos pontos de vista opostos, colaborei com o Prof. Sousa Franco no mesmo objectivo, ou seja, servirmos o nosso país e a democracia, embora ocupando posições diversas e defendendo pontos de vista que são opostos, e que não é contrário à democracia, mas sim uma condição da democracia.

Depois desta introdução, que não é protocolar, pois que não faria sentido que não precedesse as perguntas sacramentais ao Chefe do Governo sem estas considerações, gostaria ainda de dizer que é para nós muito grato ver pela primeira vez uma mulher como Chefe do Governo em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não me considero um feminista exaltado.

Risos.

Pelo contrário, por vezes até poderei ter receio que certas reivindicações, mais do que feministas, pareçam antimaculinas. Como eu sou tímido e talvez um pouco inseguro, poderei ter receio...

Risos.

No entanto, sou partidário de um feminismo baseado na igualdade na diferença. Portanto, creio que é com inteira legitimidade que a Sr.^a Primeira-Ministra ocupa o cargo de Chefe do Governo. O ser homem ou ser mulher em política não é um título que dê mais ou que dê menos. Estamos certos de que pelas suas qualidades, pela sua coragem e pela sua determinação em vencer, o que também é essencial, a Sr.^a Primeira-Ministra ocupa com inteira honra para o Governo e para o seu sexo o cargo de Chefe do Governo, pela primeira vez no nosso país.

Como todos sabem, o PS foi contrário à decisão tomada pelo Sr. Presidente da República de dissolver esta Assembleia. Isto não significa nenhum conflito entre Órgãos de Soberania, conforme por vezes é dito para nos quererem inibir de exercer os direitos em democracia. Pensamos que a dissolução da Assembleia da República nada vai resolver; a dissolução do Parlamento é muitas vezes um expediente que se utiliza quando se não sabe aquilo que se quer fazer. Quando não há uma ideia propriamente clara e muito segura do modo como vencer os problemas que enfrenta o nosso país — e não só, pois também o resto do mundo os enfrenta — fazem-se movimentações que são um pouco estéreis, no sentido de que, como diriam os nossos amigos brasileiros, "se faz que se anda; mas não se anda"... Cremos que esta dissolução não vai conduzir a nada e que será tempo perdido. O povo português irá manifestar a sua vontade com toda a liberdade.

O PS fez oposição a essa dissolução, dentro do nosso ponto de vista e dentro dos limitados poderes que o Parlamento tem no nosso país. No entanto, o Sr. Presidente da República tomou essa decisão, respeitando escrupulosamente os preceitos constitucionais.

De modo algum o PS pretende impugnar a legitimidade constitucional da decisão do Sr. Presidente da República. O que nós impugnámos foram as motivações políticas do Sr. Presidente da República e até a própria ineficácia que terá essa determinação política do Chefe do Estado.

Não obstante o facto de este Governo resultar de uma decisão política criticada e contestada por nós, isso não significa que o PS faça qualquer oposição a este Governo determinado por uma divergência política quanto à anunciada dissolução que lhe deu origem. É preciso demarcar bem as nossas posições para que não haja confusão.

Fazendo referência ao discurso da Sr.^a Primeira-Ministra, queremos dizer que nos congratulamos pelas normas morais que o Chefe do Governo indicou como sendo as que presidirão à actuação deste Governo. Isto é, segundo ouvimos, uma das preocupações fundamentais deste Governo será a de criar um clima de serenidade, a de propiciar uma participação activa e consciente de todas as forças políticas portuguesas e também a de tentar que se crie em Portugal um clima de tolerância e de respeito mútuo.

Estas normas indicadas pelo Chefe do Governo merecem o nosso inteiro aplauso. A Sr.^a Primeira-Ministra poderá estar certa de que da parte dos Deputados socialistas — enquanto o forem, pois a Assembleia será dissolvida em breve e se este Governo vier a passar nesta Assembleia — haverá o maior empenho em cooperar com o Chefe do Governo e com o Governo na consecução deste desiderado.

Posto isto, as perguntas que desejo fazer à Sr.^a Primeira-Ministra são as seguintes:

Em primeiro lugar, o Governo apresenta-se aqui — creio que na sua totalidade, não estou bem certo — com uma

lacuna. De facto, do Governo fazem parte os Ministros da República nas Regiões Autónomas e não temos qualquer indicação a este respeito. Há assim uma lacuna, pois pensamos que não é inteiramente canónico que o Governo se apresente aqui sem ter esclarecido quem são os Ministros da República nas Regiões Autónomas. Seja como for – e não vou entrar nos problemas jurídicos, bastante complicados –, a primeira pergunta é esta: é intenção da Sr.^a Primeira-Ministra manter nos cargos de Ministro da República nas Regiões Autónomas os membros do anterior Governo que ocupavam essas funções?

Desde já devemos dizer que, se porventura essa for a decisão do Chefe do Governo, não nos parece ser essa a melhor solução. Pelo contrário, as Regiões Autónomas, como todos sabem, são das regiões do nosso país aquelas onde haverá maior dificuldade em serem exercidas com liberdade os direitos democráticos. Afigura-se-nos que, se porventura os membros do Governo encarregados dessas funções fossem substituídos por outros que dessem garantias de uma actividade mais determinada em fazer respeitar os ideais democráticos, a democracia ganharia com isso, também os objectivos que a Sr.^a Primeira-Ministra se propõe – criar um clima de serenidade, tolerância e respeito mútuo e propiciar uma participação activa e consciente das populações na democracia – só ganhariam se porventura esses membros do Governo fossem substituídos.

Por outro lado, no discurso feito pela Sr.^a Primeira-Ministra fez-se alusão à intenção deste Governo de criar nos meios estatizados da comunicação social um maior respeito pelos ideais democráticos e pelo pluralismo ideológico.

Quero prestar a minha homenagem ao Sr. Ministro da Comunicação Social, que já exerceu funções num órgão estatizado da comunicação social por modo que nos mereceu o nosso respeito. Creio que também exerceu funções num posto ministerial da comunicação social num outro Governo, mas não teve tempo de aí exercer uma actividade prolongada nesta matéria.

Mas, mais do que fazer um acto de confiança nas intenções ou no espírito democrático de quem ocupa essas funções, seria vantajoso para esta Assembleia ouvir um desenvolvimento mais completo sobre quais os actos em que se vão concretizar essas intenções.

O Sr. Presidente: – Sr. Deputado, terminou o tempo de que dispunha. Queira terminar, por favor.

O Orador: – Término já, Sr. Presidente.

Por outro lado, como todos têm conhecimento, o último Governo, presidido pelo Sr. Prof. Mota Pinto, desenvolveu uma actividade um tanto ou quanto febril depois de já ter pedido a exoneração. Entra essa actividade febril – é uma tradição portuguesa que vem desde o V Governo Provisório, que, quando soube que ia ser demitido, praticou inúmeros actos que não foram convaiados pelos seus sucessores –, saliente a referente às modificações sucessivas em vários lugares importantes da Administração Pública, e gostaria que a Sr.a Primeira-Ministra me dissesse o que é que pensa fazer a esse respeito.

Pedia ainda à Sr.^a Primeira-Ministra que nos explicasse qual o estado em que encontrou as empresas do sector público e, nomeadamente, quais as intenções deste Governo relativamente a essas empresas. O anterior Governo, presidido pelo Prof. Mota Pinto, anunciou em determinado momento a sua intenção de actualizar alguns preços dos produtos destas empresas, talvez porque todos os Governos são sempre preensos a tomarem atitudes que granjeiam uma popularidade fácil, mas não têm a coragem suficiente para avançarem com medidas que são necessárias e úteis, mas que podem granjear alguma impopularidade. Gostaria também que a Sr.^a Primeira-Ministra nos explicasse qual será a política deste Governo em relação a esta matéria.

Finalmente, confesso que não tive tempo de ler este

Programa de Governo, que tem 42 páginas, o que para um Governo de cem dias se me afigura ser um pouco excessivo, dado que dá cerca de duas páginas por dia, o que é difícil de executar, mesmo que haja muito boa vontade...

Risos.

Mas, quer pelo discurso da Sr.^a Primeira-Ministra quer por várias intervenções feitas pela Sr.^a Primeira-Ministra e relatadas pela imprensa, afigura-se-me que este Governo tem um Programa ambicioso. As ambições políticas, desde que democráticas e generosas, são sempre de louvar. Contudo, uma vez que esta Assembleia tem uma competência reservada bastante extensa, tendo em consideração que o artigo 168º da Constituição prevê que as autorizações legislativas – se vierem porventura a ser concedidas a este Governo e este as solicitar – caducam automaticamente com a dissolução da Assembleia; tendo em consideração que este Governo – abstraindo das discussões político-filosóficas de saber se todos os Governos são ou não de gestão –, pela natureza das coisas e pela torca dos preceitos constitucionais portugueses, e um Governo de gestão restrita à nossa Constituição actual não seguiu o sistema constitucional que vigorou depois de 1911 e no qual o Parlamento, mesmo após dissolvido, subsistia através de uma comissão parlamentar que tinha por única função específica a de autorizar o Governo a legislar naqueles actos para os quais seria necessário a sua autorização ou consenso, pergunto: como é que a Sr.^a Primeira-Ministra pensa conciliar essas ambições tão generosas com o artigo 168º da nossa Constituição?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o representante do Partido Social-Democrata.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): – Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, em meu nome pessoal e no do meu partido, gostaria muito de me congratular com o facto de termos como Primeiro-Ministro do nosso país uma mulher, mas devo dizer – sem que isto vá algo de pessoal contra a figura da Sr.^a Eng. Pintasilgo – que alguma desilusão nos tem causado aquilo que já conhecemos da sua actuação. Esperávamo que, como mulher, fosse mais concreta, que se dirigisse mais aos problemas das pessoas, porque é isso que caracteriza a sensibilidade feminina no nosso país.

Vozes do PSD: – 'Muito bem'

Vozes do PS: – Tch!!

A Oradora: – Temos ouvido nas suas palavras talvez um pouco de poesia, talvez um pouco de filosofia, mas muito pouco de propostas concretas, muito pouco de respostas aos problemas dos Portugueses, e isto, pesa-me dizer-lhe, muito nos desilude, porque as mulheres portuguesas esperavam de uma mulher muito mais respostas concretas aos seus problemas.

Vozes do PSD: – 'Muito bem'

Vozes do PS: – Não apoiado'

A Oradora: – Em todo o caso, não estranhámos que o discurso que a Primeira-Ministra aqui fez hoje fosse um discurso bastante abstracto; já esperávamos isso, até na continuidade do discurso que pronunciou no dia da tomada de posse do seu Governo. E já esperávamos isso porque este debate que aqui se trava é um debate sem qualquer significado, é um debate vazio, um debate desnecessário.

Efectivamente, o Sr. Presidente da República anunciou a dissolução da Assembleia e a partir dai a única coisa que

devia ter feito era nomear um Governo de gestão que gerisse os negócios correntes do Estado e que preparasse as eleições.

Não faz nenhum sentido, e na opinião pública não se comprehende, que estejamos aqui a debater o Programa de um Governo que tem cem dias para actuar, com uma Assembleia que vai ficar fechada e que nem sequer o pode controlar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — E, na verdade, quando um discurso aparece vazio e quando o Programa do Governo — que nós lemos muito rapidamente — também pouco nos diz, isso só confirma aquilo que já esperávamos: é perfeitamente inútil estarmos aqui, estamos a gastar dinheiro ao Estado sem necessidade, pois o Governo devia ser um Governo de gestão e nada mais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Tch!!

A Oradora: — Mas temos mais alguma coisa a dizer. Este Governo apresenta-se, ou apresentou-se inicialmente no discurso do Sr. Presidente da República de 6 de Julho, como um Governo isento, um Governo imparcial, mas não o é. Apesar de a Sr.a Engenheira nos dizer que este Governo pretende ser um Governo de acalmia, de serenidade, os factos contradizem-na.

A Sr.a Engenheira Pintasilgo teve desde o princípio, como se sabe muito bem, apenas o apoio do Partido Socialista e do Partido Comunista e a oposição quer do CDS quer do PSD.

Uma voz do PS: — Compreende-se!

A Oradora: — As razões dessa oposição foram claramente expostas ao Sr. Presidente da República e eram do seu conhecimento desde o início.

Este Governo não é por isso um Governo de acalmia e de serenidade, por muito que o digam; é, sim, um Governo de afrontamento, um Governo que divide, mais uma vez e cada vez mais, os Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — EE é difícil nestas circunstâncias preparar com isenção um acto eleitoral, mais ainda quando o Sr. Presidente da República apoia que na constituição deste Governo figurem pessoas que são dissidentes do Partido Social-Democrata.

Vozes do PS: — Ah!

A Oradora: — Obviamente, nós só entendemos isso como uma afronta e uma provocação directa ao Partido Social-Democrata intencionalmente feita, evidentemente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Este é o Governo que o Partido Comunista gostaria de ter para este período; este é o Governo que tem gente de todos os lados, excepto do nosso: este é o Governo que não nos garante a isenção na preparação das eleições.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Apresenta-se este Governo não como Governo de gestão mas como Governo de transição e nós não entedemos bem o que é que isto quer dizer. Transição para

quê? Mas estamos ainda em transição? Mas não estamos nós em democracia? Não estamos nós a preparar um acto eleitoral?

Diz-nos a Sr.a Engenheira Pintasilgo no seu Programa que a vivência em democracia exige que se evitem descontinuidades, sejam quais forem as dificuldades inerentes aos períodos de transição. Mas o que é que isto quer dizer?

Nós vamos ter um acto eleitoral, o povo vai escolher a mudança colectiva que quer para o seu futuro. O que significa então que este Governo é de transição? Significa que ele vai pôr em marcha mecanismos que prosseguirão, sejam quais forem os resultados eleitorais? mas isso é manifestamente contrário à própria essência da democracia!...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Para nós não há efectivamente um Governo de transição; deveria haver, sim, um Governo de gestão, mas não é isso que temos. Temos é um Governo da maioria desta Casa, um Governo da maioria de esquerda, a que a ASDI se associou à última hora...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PS, do PCP e dos Deputados independentes sociais-democratas

A Oradora: — E para melhor explicar isto que acabo de referir, ou seja a confusão entre Governo de transição e Governo de gestão...

A Sr.a Maria Alda Nogueira (PCP): — De maiorias e minorias...

A Oradora: — ...referirei apenas um exemplo do seu Programa relativo à política de segurança social.

Na página 29 do Programa, diz-se que este Governo tentará pôr em prática um novo sistema financeiro de segurança social que visa alterar o aspecto do financiamento através de "critérios novos, que incluem a cobertura, por vias fiscais, das prestações de ordem puramente social". Aqui está uma matéria que por natureza, é da exclusiva competência da Assembleia da República, que diz respeito efectivamente à competência fiscal da Assembleia da República. Não vejo como é que um Governo que se diz de transição, e que para nós devia ser de gestão, possa interferir numa área que é da exclusiva competência desta Assembleia, sobretudo quando ela está fechada, não o podendo sequer controlar!

E isto, como eu dizia, apenas um exemplo para demonstrar uma certa confusão de papéis, confusão, aliás, que é intencional.

O Sr. Presidente da República ao dar o seu aval a este Governo não fez mais do que aquilo que está na sua estratégia e nós temos vindo a dizer publicamente. O Sr. Presidente da República queixa-se de que os partidos não se entendem, queixa-se de que esta Casa não conseguiu constituir uma maioria estável — e isso tem sido até aqui uma realidade — mas o Sr. Presidente da República sabe que a única forma de alterar a situação é devolver ao eleitorado uma nova escolha. Ora, quando efectivamente houve três partidos que se entenderem para formar um bloco democrático, a Aliança Democrática.

Risos do PS, do PCP e dos Deputados independentes sociais-democratas

Nesse preciso momento o argumento do não entendimento partidário caiu pela base e o Sr. Presidente da República nesse preciso momento foi para a televisão dizer às pessoas que afinal estava disposto a apoiar um outro entendimento partidário, que seria entre o PS e o PSD...

Por aqui se demonstra que o Sr. Presidente da República não quer, nunca quis e nada de novo se entendi-

mento entre os partidos. O Sr. Presidente da República quer precisamente a continuação da situação existente, de uma maioria de esquerda que continua a imperar nesta Assembleia e que poderá continuar a governar através do seu Governo, e não quer que a nova maioria, que é a Aliança Democrática, possa efectivamente vencer as próximas eleições.

Risos do PS e do PCP.

A única hipótese de sobrevivência do Sr. Presidente da República é essa: é evitar que a Aliança Democrática ganhe as eleições, porque no dia em que isso acontecer o papel do Sr. Presidente da República, como árbitro oscilante entre maiorias que não são consistentes, termina, e é isso que o Sr. Presidente da República não quer!

Aplausos do PSD e do CDS.

Já o dissemos em público e aqui hoje o reafirmamos, para que fique bem claro que ao dirigirmos hoje as nossas palavras a este Governo e em particular à Sr.ª Primeira-Ministra estamos apenas a tornar público nesta Casa aquilo que já dissemos, que não vimos aqui trazer nada de novo porque nada de novo esperávamos deste debate.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): – Muito bem!

A Oradora: – Há, contudo, três questões muito concretas que lhe queríamos pôr relacionadas com o que este Governo vai fazer na marcha dos cem dias, como referiu. A primeira questão diz respeito à preparação das eleições e é a seguinte: que vai este Governo fazer em relação aos governadores civis? Vai substitui-los? Vai mantê-los? No caso de substituição, com que critérios?

Que vai este Governo fazer em relação a novos partidos que pretendam disputar eleições?

Diz-se na p. 7 do Programa que o Governo irá valorizar "todas as formas de vivência colectiva e democrática que se manifesta em qualquer local ou distrito do Continente ou nas Regiões Autónomas", e diz-se isto a propósito da preparação das eleições. Ora nós perguntamos: se quem concorre às eleições são os partidos, o que significa da parte do Governo valorizar "todas as formas de vivência colectiva"? Significa que se vão apoiar associações ou qualquer outro tipo de manifestação colectiva com que se pretenda encapotadamente concorrer às eleições? Gostaríamos de obter uma resposta concreta sobre isto.

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Cradora: – Ainda quanto à preparação das eleições e sobre o leque de medidas que vêm referidas na parte final do Programa do Governo, na p. 40, gostaríamos de saber se além das que estão aqui referidas consta das intenções do Governo prosseguir e pôr em prática toda uma campanha que estava preparada pelo anterior Governo acerca do combate à abstenção e da participação de todos os cidadãos no acto eleitoral. Sabemos que essa campanha estava preparada a nível do Ministério da Administração Interna e portanto gostaríamos de saber se a mesma vai ser prosseguida por este Governo.

Passo agora ao segundo grande tema, que se relaciona com a informação e os meios de comunicação social. Como é que o Governo vai garantir a isenção dos meios de comunicação social estatizados, cuja importância é sobretudo relevante num período pré-eleitoral como este? Quais são as medidas concretas que vai tomar?

Na p. 34 do Programa fala-se que irá ser aumentada a Anop e que algumas medidas irão ser tomadas relativamente à imprensa estatizada, RDP e RTP, e ainda quanto à resolução do caso *O Século*, e queríamos perguntar muito concretamente o que é que este Governo pensa fazer, caso a caso, a cada um dos órgãos da comunicação social estatizadas para garantir a sua isenção, queríamos saber como é que vai resolver o caso *O Século*, queríamos saber se vai manter a administração da RTP, queríamos saber o que é que pensa fazer para garantir a isenção da Anop e dos outros órgãos de comunicação social estatizados.

Zada para garantir a sua isenção, queríamos saber como é que vai resolver o caso *O Século*, queríamos saber se vai manter a administração da RTP, querímos saber o que é que pensa fazer para garantir a isenção da Anop e dos outros órgãos de comunicação social estatizados.

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Oradora: – Finalmente, uma terceira área para nós extremamente relevante e que é uma das nossas prevenções contra a actuação da Sr.ª Primeira-Ministra diz respeito à política externa. Como sabe, temos criticado a sua actuação em termos de política externa porque a consideramos favorável a uma concepção do Mundo que não é a nossa, que está mais próxima dos interesses chamados terceiro-mundistas e mais distante daquilo que para nós é essencial e que é a nossa integração no Mercado Comum.

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Oradora: – Isto mesmo se lê no seu Programa, na p. 17. Efectivamente, no Programa do Governo fala-se em quatro coordenadas da política externa, quatro vectores da política externa, mas nem uma palavra consta aqui sobre a necessidade de acelerar as negociações para a integração de Portugal no Mercado Comum. Este esquecimento para nós é significativo!

Evidentemente que adiante se refere que Portugal deve ocupar "com inteireza o lugar que lhe compete na construção da unidade da Europa", mas isso é uma declaração de intenções. A situação real é a de que as negociações estão extremamente atrasadas, a participação de Portugal está abaixo do mínimo indispensável, tornando-se necessário incrementar e acelerar todo esse esforço. Assim, o que pensa o Governo fazer nesta matéria e por que razão nada diz aqui sobre isso?

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Oradora: – Diz-nos, como já esperávamos, que irá naturalmente revitalizar e melhorar as "relações com os países africanos e, de forma particular e privilegiada", com as ex-colónias portuguesas. Mas o que é que isto significa, Sr.ª Primeira-Ministra? Qual vai ser a sua política em relação a Angola, em relação a Moçambique? Mais concretamente, o que é que pensa fazer em relação ao contencioso financeiro que existe entre o nosso Estado e esses Estados? Pensa o Governo fazer alguma coisa de decisivo para libertação dos presos políticos portugueses que ainda hoje se encontram nas cadeias de Luanda e do Maputo...

Uma voz dos Deputados independentes sociais-democratas: – Invadi-los...

Vozes do PSD: – Muito bem!

A Oradora: – ... e nos campos de concentração angolanos e moçambicanos ou pensa, antes, continuar uma política externa de lassidão, em que os tratados comerciais passam à frente dos interesses e dos direitos humanos das comunidades portuguesas que estão a ser perseguidas nesses países?

Vozes do PSD: – Muito bem!

Uma voz do PCP: – Ena...

A Oradora: – Pensa o Governo passar uma esponja sobre o contencioso financeiro ou pensa efectivamente colocar esse problema em prioridade?

Estas apenas algumas questões para nós prioritárias do que vai ser a ação deste Governo. As duas primeiras, relacionadas com a preparação do acto eleitoral e com a infor-

mação, colocámo-las porque são decisivas num período que antecede as eleições; a terceira colocámo-la porque também ela é decisiva no juízo que formulamos acerca deste Governo e acerca da Primeira-Ministra.

E eu quero terminar dizendo apenas, e repetindo, aliás, o que já disse, que para o Partido Social-Democrata este debate está completamente destituído de sentido e que o que interessa neste momento em Portugal é dissolver o mais rapidamente possível esta Câmara, fazerem-se eleições e que ganhe a maioria da Aliança Democrática!

Aplausos do PSD e do CDS.

Risos do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como é do vosso conhecimento, o Sr. Deputado Acácio Barreiros renunciou ao mandato de Deputado. Portanto, segundo a indicação do próprio partido e do Regimento desta Câmara, vai ser substituído por um outro Deputado.

Vai ser lido o relatório da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a resolução há pouco tomada. Para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Pinto da Cruz.

O Sr. Pinto da Cruz (CDS):

COMISSÃO DE REGIMENTO E MANDATOS

RELATÓRIO E PARECER

Em reunião realizada no dia 13 de Agosto de 1979, pelas 16 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de Deputados:

1) Solicitada pelo Partido Social-Democrata:

António Luciano Pacheco de Sousa Franco (círculo eleitoral de Lisboa), por Joaquim Eduardo Gomes.

2) Solicitada pelo Partido da União Democrática Popular:

Acácio Manuel de Fries Barreiros (círculo eleitoral de Lisboa), que renunciou ao seu mandato, por Manuel Augusto Monteiro.i,

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é real e actualmente o primeiro candidato eleito ainda não solicitado na ordem de precedência da lista eleitoral, apresentada a sufrágio pelo referido partido, no respectivo círculo eleitoral.

Foram observados todos os preceitos regimentais e legais.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A COMISSÃO: Presidente, Álvaro Monteiro (PS) — Vice-Presidente, José Manuel Menéres Sampaio Pimentel (PSD) — Secretários: Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — António Cândido Miranda Macedo (PS) — Ludovina das Dores Rosado (PS) — Herculano Rodrigues Pires (PS) — Maria Élia Brito Câmara (PSD) — Nicolau Gregorio de Freitas (PSD) — Victor Afonso Pinto da Cruz (CDS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP).

O Sr. Presidente: — Há alguma oposição?
Pausa.

Visto não haver oposição, considera-se aprovado o relatório que acaba de ser lido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Subo a esta tribuna porque, sem desprazer, naturalmente, para os Deputados que me antecederam, entendo que, simbolicamente, não podemos aceitar que um Primeiro-Ministro de um governo presidencial e presidencialista nos fale da tribuna e os Deputados eleitos pelo povo falem apenas das bancadas...

Aplausos do CDS.

Risos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo que se apresenta diante de nós constitui, sem culpa própria, um facto extraordinário e surpreendente.

É extraordinário porque este Governo se afasta sensivelmente daquilo que tem constituído a regra da formação de governos de base parlamentar ou de iniciativa presidencial desde a aprovação da Constituição.

Mas é, também, surpreendente porque se vê obrigado a vir aqui solicitar-nos a investidura parlamentar para um programa cuja execução o Parlamento não poderá fiscalizar nem controlar.

O CDS sente-se na obrigação de esclarecer, desde já, que discorda frontalmente do procedimento político que o Presidente da República entendeu adoptar para a formação do Governo.

Alegar-se-á que se trata de proporcionar ao Parlamento mais uma oportunidade para proteger ou fortalecer o seu prestígio, chamando-o a pronunciar-se sobre o Governo de modo a que a sua investidura passasse também pelo crivo partidário institucionalizado.

A isso o CDS responde que a Assembleia da República não precisa de tutelas alheias para defender ou aumentar o seu prestígio.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Bem pelo contrário, o CDS considera que para grandes sectores da opinião pública o presente debate não deixará de ser considerado incompreensível. Não vai a Assembleia ser dissolvida? Que se lhe pede então? Que passe um cheque em branco a um governo que, após o cumprimento destas formalidades parlamentares, ficará de mãos livres perante a Assembleia para fazer o que entender? Será essa uma forma útil de salvaguardar o seu prestígio? Cremos bem que não.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Estas curtas reflexões preliminares servem para explicar o nosso estado de espírito perante o Governo, independentemente de quem o chefia, de quem o compõe e daquilo que se propõe fazer. E servem para justificar que, para nós, este Governo é lateral ao Parlamento, nada tem a ver com ele, é um governo da exclusiva responsabilidade do Presidente da República e de quem com ele se quiser solidarizar voluntariamente neste aspecto.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O presente debate apenas servirá para esclarecer a opinião pública sobre as forças políticas que pensam recolher vantagens para os seus pontos de vista da existência ou da presumível acção deste Governo. Este debate apenas servirá para fundamentar novas dúvidas sobre a verdadeira e objectiva imparcialidade e isenção do Governo e, naturalmente, por isso mesmo, de quem o nomeou. É um debate inútil, é um debate desnecessário e é um debate contraproducente!

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Seja como for, o Governo está aqui sentado na bancada a que, por razão jurídica, tem direito, e o seu

Primeiro-Ministro apresentou-nos, há pouco, as suas ideias sobre como se propõe palmilhar a "marcha dos cem dias", com que marcial e pomposamente quis caracterizar o seu Governo.

Risos do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sabe o Primeiro-Ministro, porque é público, que em devido tempo manifestámos a nossa discordância pela sua designação para o cargo que ocupa. Várias das suas tomadas de posição revelaram um pensamento político desajustado em relação àquilo que nós julgamos ser a melhor defesa do interesse nacional.

Durante alguns meses, o Primeiro-Ministro vai ter múltiplas oportunidades de dar a conhecer em público as suas ideias, a sua filosofia e a sua personalidade, sem que nós possamos dispor desta tribuna para lhe responder. Não estamos a imaginar, na verdade, e pelos exemplos já vistos, que o Primeiro-Ministro se sinta, de qualquer forma, inibido para deixar de se pronunciar em público sobre temas que excedam o âmbito estrito dos problemas provocados pela presidência de um governo de gestão, sem controlo parlamentar.

A questão é, desde logo, importante pelas incidências e condicionamentos que pode introduzir no estado da opinião pública portuguesa nesta fase de preparação para eleições.

Por ela começaremos, num curto conjunto de perguntas:

Pensa o Primeiro-Ministro limitar-se, nas suas intervenções públicas, a expremer o seu pensamento sobre as questões concretas do Governo e da Administração ou sente-se autorizada a pronunciar-se crítica ou apologeticamente sobre questões de natureza mais vasta, na hipótese de obter a investidura parlamentar?

No caso de o Primeiro-Ministro, como já deu a entender, não se sentir limitado pela natureza singularíssima do Governo a que preside, como avalia as possíveis consequências das suas intervenções públicas sobre o eleitorado?

Julg oportuno o Primeiro-Ministro, em algum momento, dar a conhecer as suas preferências ideológico-partidárias, como já aconteceu com outro Primeiro-Ministro independente?

Pensa o Primeiro-Ministro explicitar as suas críticas àquele a que chama a "democracia parlamentar clássica" e poderá fazê-lo, aqui, hoje?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Têm alguns sectores de opinião que muito prezamos exortado o País a dar o benefício da dúvida ao Governo que está diante de nós. É um convite cuja boa fé não pomos em causa, mas cujo fundamento não chegamos a encontrar, sobretudo depois de o chefe do novo executivo se ter lançado na batalha da propaganda sem autocriticas, voltando a erguer a bandeira do seu progressismo que sempre alimentou mas que não sabemos exactamente o que é quando aplicado à cultura, à política ou à economia.

Em matéria tão importante como o Governo de Portugal, mesmo que seja um governo a "toque de marcha", o benefício da dúvida só terá razões de ser quando houver lugar para a existência de dúvidas sérias sobre o sentido da acção governativa. A simpatia humana, em política, serve para tornar mais toleráveis os conflitos entre os homens, os grupos sociais e os interesses. Mas não legitima o benefício da dúvida perante um governo que se recusa assumir as características de um governo de simples gestão e que se deseja comportar como um governo constitucional pleno, a despeito do Parlamento estar dissolvido. A questão dos limites políticos da acção governativa, para além daquilo que a Constituição dispõe, é pois um tema da maior importância. À partida, as posições do Primeiro-Ministro só nos consentem o benefício da certeza, de uma certeza preocupada. Por isso mesmo perguntamos:

Pensa o Governo actuar, dentro dos limites constitucio-

nais, sem qualquer outro condicionamento político que não seja o seu próprio critério e, eventualmente, o do Presidente da República?

Julg o Governo que, em certas matérias, será conveniente aguardar pela realização de eleições e pela formação de um Governo emergente para empreender acções de reforma? Poderá o Primeiro-Ministro especificar alguma dessas matérias?

Considera o Governo que alguns temas de especial importância conjuntural e de largos efeitos a prazo, como, por exemplo, a negociação de um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, exigirá consultas alargadas a parceiros sociais e partidos políticos?

Pensa o Primeiro-Ministro pronunciar-se de novo sobre a questão do aborto e poderá adiantar se é favorável à sua liberalização no nosso País?

Uma voz dos Deputados independentes sociais-democratas: – Sem liberalização do aborto a Aliança não é viável...

Risos do PS e do PCP

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em Portugal continuamos a confrontar-nos com graves problemas de unidade e autoridade de Estado. Estamos convencidos de que esses problemas só serão resolvidos, a bem da garantia das liberdades públicas e da legalidade democrática e da justiça, através de uma nova maioria política desta Câmara e de um novo poder político no País.

Entretanto, porém, a mera gestão dos negócios do Estado exige que não se consinta na degradação a que, de novo, voltamos a assistir. Na zona da Reforma Agrária, a simples nomeação deste Governo parece fundamentar um novo surto de arrogância e de desafio à lei por parte do PCP.

O Sr. Carlos Brito (PCP). Ah!..

O Orador: – ...acentuando-se por essa via os problemas da unidade e autoridade do Estado que aí continuam a existir. O tema exige alguns esclarecimentos.

Está o Governo firmemente empenhado em fazer cumprir a Lei de Bases da Reforma Agrária sem ceder às mistificações que pretendem confundir o necessário diálogo com todos os interessados com a falta de firmeza do Estado? Que comentário merece ao Governo o facto de haver no Alentejo cidadãos portugueses que invocam o n.º 2 do artigo 20.º da Constituição, que prevê a autodefesa, como direito de salvaguardarem os seus direitos previstos na lei? Prevê-se ou não um reforço de coordenação nas acções do MAP e do MAI para o cabal cumprimento da lei e manutenção da ordem e da autoridade do Estado na zona de intervenção?

Considera o Governo que os problemas, na zona da Reforma Agrária, excedem em muito a questão técnico-económica de uma reforma agrária e, em caso afirmativo, qual a leitura global que faz da situação?

O problema da unidade e da autoridade do Estado implica, naturalmente, para o Governo uma cuidada ponderação das forças políticas e sociais que se debatem na sociedade portuguesa e dos métodos que utilizam para fazer valer os seus pontos de vista. É importante saber-se o juízo que o Primeiro-Ministro faz dessa ponderação, quer no que diz respeito à composição do seu próprio Governo, quer na sua relação externa com aquelas forças. Assim, perguntamos:

Há alguma razão para que o Governo integre personalidades dissidentes do PSD em lugares-chave e não integre dissidentes do PS?

O Sr. Octávio Pato (PCP): – Do CDS..

Risos do PS.

O Orador: – Se o Primeiro-Ministro considerar que não

há nenhuma razão política especial para isso, tudo se reduzindo eventualmente ao facto de não haver entre os dissidentes do PS nenhum n.º 1 do seu curso universitário, poderá esclarecer-nos sobre as consequências políticas dessa opção?

Poderá o Primeiro-Ministro subscrever a afirmação do seu antecessor segundo a qual o seu Governo se pretendia equidistante dos partidos democráticos? Em caso afirmativo poderá especificar concretamente o nome desses partidos?

Quererá o Primeiro-Ministro esclarecer esta Câmara acerca do elenco concreto dos parceiros sociais com quem pensa — caso pense — estabelecer o diálogo?

Julgá o Primeiro-Ministro que os actuais titulares dos cargos de governador civil asseguram a conveniente representação do seu Governo, designadamente na perspectiva do acto eleitoral? Pensa substituir alguns ou todos? Porquê e segundo que critérios?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O discurso da Sr.ª Primeira-Ministra foi vazio. Não nos esclareceu. O sistema original da distribuição do Programa do Governo agravou ainda mais a nossa perplexidade e as nossas dúvidas. Mas algumas últimas questões desejamos ainda colocar por nos parecerem pertinentes neste momento.

Como é que o Governo encara a cessação das suas funções? Tenciona pedir a sua demissão a seguir às eleições? Ou aguarda que uma nova maioria saída das eleições promova o seu derrube pelo mecanismo das moções de censura?

Se porventura acontecer que das eleições não venha a resultar nenhuma maioria governamental, o que acreditamos não sucederá...

Risos

...tenciona este Governo propor uma moção de confiança ou continuar em funções até 1980?

Ou mesmo que o Presidente da República o não exonere, tomará a iniciativa de pedir a sua demissão?

Finalmente, e a questão resulta das dúvidas anteriores: este Governo, nas suas grandes opções, nomeadamente de carácter social — e atendendo a que a componente social tem a maior importância para a Primeira-Ministra — e considerando o seu apregoado carácter transitório, entende que pode e consegue levar a cabo a sua missão e pôr em execução todos os objectivos sociais no prazo tão curto de três meses?

E acha que tal é possível dentro das limitações financeiras do orçamento de Mota Pinto Jacinto Nunes?

Ou será que o Governo se propõe alterá-lo e, em caso afirmativo, por que forma jurídica, em que pontos e com que fins?

Sente-se, porventura, o Governo autorizado a lançar novos impostos?

Disse a Sr.ª Primeira-Ministra que o Governo está disposto a aproveitar as virtualidades que em si mesmo encerra, dada a sua natureza e as circunstâncias em que vai actuar. Pergunto: como é que este Governo vai aproveitar as virtualidades que para si resultam de não estar sujeito a controlo parlamentar?

Como é que a Sr.ª Primeira-Ministra pretende que nós, Deputados desta Assembleia, participemos nas grandes tarefas da governação — como disse — se vamos ser dissolvidos na próxima semana?

O Sr. Salgado Zenha (PS) — Nós não. A Assembleia é que vai ser dissolvida!

O Orador: — Finalmente, Sr.ª Primeira-Ministra, V. Ex.ª aludiu a um projecto de vida que corresponde às aspirações e necessidades do povo português. Qual é concretamente esse projecto? Não nos esclareceu.

Tínhamos já muitas dúvidas, Sr.ª Primeira-Ministra. Ficámos ainda com maiores dúvidas depois deste discurso.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Primeira-Ministra, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados A Assembleia reúne hoje, já no conhecimento da sua própria dissolução e da marcação de eleições intercalares, para apreciar o Programa do V Governo. Esse facto não pode deixar de condicionar fortemente a apreciação do Governo e do seu Programa.

Constituído no quadro de umas das saídas constitucionais para a crise governativa e com uma missão principal claramente definida — a de preparar as eleições —, este Governo, ao contrário do que sucedeu com os Governos Nobre da Costa e Mota Pinto, não nos suscita reservas no plano institucional.

Quanto ao perfil da Sr.ª Primeira-Ministra, já tivemos ocasião de dizer que não nos merecia reservas e podemos hoje acrescentar que o discurso que trouxe à nossa actualidade política constitui para largas camadas do nosso Povo um motivo de esperança.

Vozes do PCP e do PS: — 'Muito bem'

O Orador: — No plano da sua composição, o meu partido já teve oportunidade de tornar público que ela nos merece reservas. Quanto ao Programa, só foi tornado público há momentos, o que naturalmente impossibilita uma opinião fundamentada.

O PCP tornou públicas oportunamente quais as características que, no seu entender, são essenciais para um Governo formado nas presentes circunstâncias. Entendemos que o Governo deverá contribuir decisivamente para a genuinidade do acto eleitoral, pautando a sua actuação pela isenção e imparcialidade, consagrando iguais condições a todos os partidos, designadamente na comunicação social, garantindo o pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos em todo o território nacional. Por outro lado, o Governo deve assegurar as necessárias condições de estabilidade política e social, desenvolvendo a sua acção no sentido da atenuação dos conflitos sociais e do apaziguamento, sustendo a ofensiva contra os direitos e os interesses dos trabalhadores e do povo e contra as transformações sociais e económicas, actuando no rigoroso cumprimento dos preceitos constitucionais.

Dentro destas linhas, as perguntas que vamos fazer têm naturalmente em vista solicitar algumas informações sobre o Programa do Governo que permitam melhor esclarecer qual vai ser a sua actuação futura.

Registe-se, como positivo, o facto de o Governo salientar, na sua intervenção inicial, estar empenhado na criação das condições de isenção e neutralidade necessárias à realização de eleições livres. Trata-se do cumprimento de uma exigência democrática e o empenho do Governo, a ser levado em prática, contribuirá decisivamente para que se atinja tal objectivo.

Um dos sectores onde mais se torna necessária uma acção consequente e decidida é o sector da comunicação social.

Nos últimos tempos assistiu-se a um verdadeiro assalto aos órgãos da comunicação social estatizada. Pela mão do ex-Ministro Proença de Carvalho, homens do PPD, do CDS e até do mini-PPM ocuparam postos-chave, procederam ao afastamento, marginalização e mesmo à suspensão e saneamento de profissionais comprovadamente competentes. Censuraram e alteraram programas, fizeram admissões sem qualquer justificação séria, lançaram-se na criação de um clima de perseguições e coacção sobre os trabalhadores da comunicação social.

Hoje, alguns órgãos de comunicação social estatizada estão já descaradamente ao serviço da campanha eleitoral da aliança monárquico-reaccionária.

Risos.

O PPD, o CDS e o PPM são privilegiados nas notícias e nas entrevistas, e chega-se ao descaramento de pôr as suas figuras de proa a fazer os comentários políticos. Para além do que se passa noutras órgãos da comunicação social do Estado, o que se passa na RDP atinge foros de escândalo nacional.

Aliás, viu-se aqui a solicitude e o cuidado da Deputada Helena Roseta pela Comissão Administrativa da RDP... Tem um significado!...

O ex-Ministro Proença e os seus homens de mão desrespeitaram sucessivamente a Constituição e a lei, recusaram-se a cumprir as deliberações do Conselho de Informação, criaram um clima de prepotência e vinculação partidária à direita, incompatível com a função e características constitucionais da comunicação social estatizada.

Vozes do PSD: — Isso não é certo.

Esta situação não se pode manter, sob pena de não ficar garantida a necessária isenção e imparcialidade.

Pode deduzir-se da intervenção da Sr.ª Primeiro-Ministro que estas questões estão no centro das preocupações do Governo na área da comunicação social? Que o Governo pautará a sua acção pelo respeito integral da Constituição e da lei e das deliberações dos Conselhos de Informação? Que será resposta a legalidade (particularmente na RDP)?

Sr.ª Primeiro-Ministro: Como é sabido, as forças que não estão interessadas no prosseguimento da democracia têm nos seus planos um conjunto de acções desestabilizadoras, destinadas a dificultar e mesmo sabotar o próximo acto eleitoral. Já depois da constituição do seu Governo, algumas delas começaram a ser empreendidas. Dirigentes reacionários e de organizações marcadamente fascistas chegaram ao desplante de anunciar — como foi o caso nos Açores do separatista José de Almeida.

O caso da ilegal greve dos médicos é claro. Com a inspiração e apoio da Aliança reaccionária e com a cobertura de órgãos da comunicação social do Estado, como a RDP, visa-se a criação de um clima de insatisfação e insegurança e o combate ao Serviço Nacional de Saúde.

Por outro lado, prosseguem acções de violência nos campos alentejanos.

Aliás, o que já ouvimos dizer ao PPD e ao CDS confirma mais uma vez que o que estes queriam é que fosse o seu Governo, o Governo Mota Pinto, a preparar as eleições.

Vozes de protesto do PSD e do CDS.

O Orador: — Posto isto, podemos deduzir da intervenção da Sr.ª Primeiro-Ministro que é intenção do Governo aplicar os mecanismos legais necessários para o combate a essas acções desestabilizadoras, garantindo plenamente as liberdades dos cidadãos e "o clima de serenidade" de que falou?

A política de desastre e de agravamento da crise seguida pelos últimos Governos, afrontando directamente os direitos e interesses dos trabalhadores e do povo, traduzindo-se em numerosas situações de gritante ilegalidade e injustiça de que resultaram numerosos focos de tensão social.

O Governo Mota Pinto, da responsabilidade política do PPD e do CDS, deixou uma pesada herança de conflitos sociais, em curso ou latentes.

A actuação na zona da Reforma Agrária da equipa Vaz Portugal foi caracterizada por um rol de ilegalidades, arbitrariedades, violências, esbulhos e roubos. O caso da Galeana fica como um entre muitos, mas apesar disso particularmente frisante: nem mesmo uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo foi suficiente para ser resposta a legalidade pois o Governo Mota Pinto não se dignou cumprí-la.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Olha quem fala!...

O Orador: — No campo das relações de trabalho, o Governo permitiu-se, no último dia da sua existência de Governo demitido, aprovar um pacote de diplomas que têm merecido a completa e forte oposição do movimento de trabalhadores e seriam fonte de graves conflitos e tensões se viessem a ser publicados. O Governo Mota Pinto, melhor dizendo, do PPD e do CDS, com essas desesperadas decisões invadiu mais uma vez a esfera da competência da Assembleia da República, pretendendo transformar o Governo seguinte em fiel executor das suas próprias opções. O mesmo se passa, por exemplo, com a revisão do regime das rendas de casa e com a revisão do regime legal dos baldios.

O caso do imposto sobre os medicamentos, bem como o caso da fiscalização do pagamento do imposto complementar, ficam como últimos (ao que se sabe!) exemplos de uma política de desastres e de afrontamento.

As condições de vida dos Portugueses degradaram-se brutalmente. A tentativa de impor o tecto salarial de 18 por cento, as subidas vertiginosas dos preços, as centenas de milhares de trabalhadores com a contratação congelada, os reformados que não viram nem de perto nem de longe as suas reivindicações atendidas, a paralisação da construção de centros de saúde — tudo são situações a carecerem de medidas urgentes, que tenham em conta os interesses do povo.

Por isso a substituição do Governo do Mota Pinto, da responsabilidade política do PPD e do CDS....

O Sr. Teodoro da Silva (PSD): — Teimoso!

O Orador: — ... se tornou uma exigência popular e nacional. Por isso urge considerar muitas das situações ilegais e gritantemente lesivas dos interesses do povo.

Poder-se-á deduzir da intervenção de V. Ex.ª que o Governo tomará na devida consideração estas situações, procurando repor a legalidade e a justiça e atenuando os factores de tensão social que, de outra forma, se manterão necessariamente na sociedade portuguesa? Poder-se-á deduzir que o Governo pensa desenvolver a sua acção em permanente diálogo com os interessados?

Mas também outras acções do anterior Governo do PPD E CDS suscitam na opinião pública preocupações e interrogações que não são explicáveis, quanto a nós, só pelo reacionarismo que lhes serviu de base. Estão entre elas os três milhões de contos do "Pão de Açucar", na sequência de um protocolo secreto negociado pelo ex-Primeiro-Ministro, a tentativa de criação de uma zona de jogo em Tróia, uma série de desintervenções escandalosas, a autorização de venda de armas a Somoza, a elaboração de um protocolo secreto sobre os "Vinhos Borges", a sucessiva delapidação do sector nacionalizado das pescas, os "Fumos de corrupção no MAP" e, já na ponta final do Governo exonerado, a opção pelo sistema alemão de televisão a cores.

Perante este quadro o povo português tem o direito a interrogar-se se os "fumos de corrupção" se ficaram somente pelo MAP...

E o Governo a que V. Ex.ª preside não pode também, quanto a nós, deixar de se interrogar. Quer V. Ex.ª adiantar algo sobre este assunto?

Sra. Primeiro-Ministro: A grave situação económica em que nos encontramos é a prova real do que vale e ao que conduziu um governo do PPD/PSD e do CDS, isto é, o Governo Mota Pinto.

Aumentaram de forma preocupante as dificuldades com que se debate a agricultura portuguesa em consequência da política antieconómica e antinacional do MAP do Governo de Mota Pinto.

Estamos em vésperas de novas sementeiras e o aumento da produção agrícola coloca-se como uma necessidade premente de carácter nacional.

Que medidas encara o Governo a que a Sr.ª Engenheira preside com vista a ajudar a agricultura portuguesa?

Considerando também a importância para o desenvolvimento económico do investimento, que o consulado Mota Pinto...

Risos do PCP e do PS.

... reduziu substancialmente, tenciona o Governo avançar com os projectos de investimento, tal como o Alqueva e a beterraba sacarina, e com os projectos das empresas nacionalizadas?

E ainda tendo em atenção a importância da banca nacionalizada na execução de uma correcta política de crédito, pensa o Governo rever os conselhos de gestão da banca nomeados por critérios político-partidários e de analisar os casos escandalosos, como os do "Grupo Suporte", rotação de cheques em Vila Franca de Xira e dívidas não cobradas de conhecidas personalidades?

Sabe o Governo de V. Ex.^a que um dos mais graves problemas económicos e sociais do País é o elevado nível de desemprego e que as pequenas e médias empresas têm um peso essencial na criação de postos de trabalho no nosso país?

Que medidas pensa o Governo tomar para alterar esta situação, nomeadamente no que se refere ao apoio às pequenas e médias empresas, quer em relação ao crédito, quer em relação às taxas de juro?

Por último, gostaríamos de lembrar que as actividades do Ano Internacional da Criança foram marginalizadas pelo anterior Governo, quer em relação a verbas, quer em relação a meios técnicos e outros.

Continuando o Ano Internacional da Criança durante o Governo a que V. Ex.^a preside, esperamos que esta situação verdadeiramente anormal no Portugal democrático se modifique radicalmente, tanto mais que é conhecido o interesse de V. Ex.^a pelos problemas da mulher e da criança.

Pode a Sr.^a Engenheira prestar alguns esclarecimentos mais concretos sobre o que tenciona o seu Governo fazer neste campo?

Sr.^a Primeiro-Ministro: Depois de longos e difíceis meses de uma política que foi bem a imagem da direita no poder — política de ilegalidades, violências e arbitrariedades sem conta —, o Governo a que V. Ex.^a preside, pela anunciada política de apaziguamento, isenção e diálogo que se propõe empreender, tem suscitado (em amplas camadas da população) uma expectativa positiva.

Por outro lado, pela sua composição, não pode igualmente o Governo de V. Ex.^a deixar de nos suscitar também motivos de reserva e interrogação, como já temos, aliás, sublinhado.

Entretanto, e partindo da posição que apoiamos aquilo que o Governo fizer de positivo e que não deixaremos de combater os aspectos negativos da sua actuação, esperamos pelos esclarecimentos e respostas às perguntas que acabámos de formular e pelo desenrolar do debate para definirmos a nossa posição.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Está bem, está...

O Orador: — Hoje, como sempre, o PCP definirá a sua atitude pelos interesses dos trabalhadores, dos portugueses e de Portugal.

Aplausos do PCP.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Do povo português não; da Rússia!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante da UDP.

O Sr. Manuel Monteiro (UDP): — Sr. Presidente, Sr.^a Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Algumas simples palavras de apresentação. Subo a este hemiciclo para cumprir um curto período de actividade

parlamentar. Sou um Deputado operário que aqui me encontro para defender as posições revolucionárias da UDP, para aqui defender os anseios, as aspirações e a experiência dos trabalhadores deste país.

Aqui combaterei com firmeza tudo aquilo que for contra os interesses populares. Os que aqui expressarem esses interesses contrários aos trabalhadores encontrarão em mim um ardente adversário político.

Todos aqueles que nesta Câmara lutarem pela defesa das conquistas de Abril encontrarão em mim um leal companheiro de combate e convivência.

Para finalizar esta breve introdução queria saudar os trabalhadores portugueses, os democratas e os antifascistas.

Queria também, e retomando um ponto do camarada Acácio Barreiros no seu discurso de despedida, saudar os trabalhadores desta Câmara e os órgãos de comunicação social.

Sr. Presidente, Sr.^a Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O actual Governo, presidido pela Engenheira Lurdes Pintasilgo, apresentou-se perante o povo português e perante esta Câmara como um Governo liberalizante, destinado a criar um clima de paz Social durante o período eleitoral.

Mas o povo português aprendeu a julgar os Governos pelos seus actos e não pelas suas palavras, ou pelos seus programas vagos e imprecisos. O que realmente o povo português quer saber é se este Governo, da responsabilidade do general Eanes, irá seguir a mesma política dos anteriores, uma política de esmagamento das conquistas populares e dos direitos dos trabalhadores, uma política ao serviço do grande capital, ditada pelo FMI.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Olhe que não, olhe que não!...

O Orador: — As grandes movimentações populares nos últimos meses, as lutas dos assalariados rurais do Alentejo o movimento grevista, as grandes manifestações do 1.º de Maio, contribuíram decididamente para a queda do Governo Mota Pinto e para empurrar o general Eanes para a convocação de eleições intercalares.

É neste contexto que surge o Governo da engenheira Lurdes Pintasilgo. Trata-se de um Governo que apenas vai estar em vigência durante um curto período de três meses. No entanto, este curto espaço de tempo vai ter uma importância fundamental. A frente de direita PPD-CDS-PPM vai lançar-se numa grande campanha de demagogia, visando criar uma maioria parlamentar.

Por seu lado, o movimento popular, os trabalhadores e todos os antifascistas exigem deste Governo a revogação das medidas antipopulares do Governo Mota Pinto, e que sejam asseguradas as condições necessárias para a participação popular na batalha eleitoral.

Assim, a UDP quer saber quais as medidas que o Governo irá tomar no sector da comunicação social, visando acabar com o controle anticonstitucional dos meios de comunicação social e com a sua manipulação pelas forças de direita.

Tenciona o Governo substituir a comissão administrativa actualmente existente na RDP pela comissão administrativa legal?

Que medidas tenciona tomar o Ministério da Comunicação Social para assegurar a isenção dos serviços informativos da RTP e acabar com a escandalosa manipulação política pelas forças de direita?

Que garantias dá o Governo relativamente à independência do jornal *A Capital*, cujo director se tem abertamente comprometido no apoio à frente de direita?

Tenciona o Ministério da Comunicação Social repor a legalidade no *Diário Popular*, chamando à sua direcção J. C. Baptista?

Tem-se assistido nos últimos meses a uma ofensiva generalizada das forças reaccionárias contra as liberdades de

mocráticas e o seu efectivo exercício pelas massas trabalhadoras.

Tenciona o Ministro da Administração Interna tomar as medidas necessárias para fazer aplicar a lei das organizações fascistas, impedindo assim a actuação de organizações como o MIRN, a FLA e a FLAMA e a difusão de imprensa fascista?

Pensa o Ministério da Administração Interna retirar a GNR das herdades ou, pelo contrário, irá seguir a mesma política de repressão e violência contra os trabalhadores, como sucedeu recentemente na Fonte Boa da Vinha, em Évora, Casebres e Quebradas?

Irá o Ministério da Administração Interna tomar medidas para impedir a actuação das milícias patronais que algumas empresas, como na Jacinto, têm actuado violentamente contra os trabalhadores, em clara violação da Constituição?

Os traços mais determinantes da política económica e social a prosseguir por este Governo são conhecidos à partida e decorrem naturalmente dos acordos celebrados entre os anteriores Governos e as instâncias do imperialismo internacional, em particular, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Definidas estas linhas mestras, aos sucessivos Governos nada mais resta senão a procura de formas de actuação e de determinação dos ritmos de aplicação das medidas sugeridas e aceites.

Desde o 25 de Novembro, e mais concretamente desde Fevereiro de 1977, altura em que o FMI mais claramente passou a actuar às claras no nosso país, a linha de rumo tem-se mantido, no essencial, inalterada. Só têm variado as formas e métodos de obtenção das metas desejadas. Mais violência ou mais diálogo têm sido as grandes divisórias de actuação dos sucessivos Governos.

Estando previsto para breve o início das novas negociações com o Fundo Monetário Internacional, a UDP pergunta:

A firmeza do novo Governo, que vem sendo apregoada pelo professor Sousa Franco, de que aspectos significativos se vai revestir?

Para além da diminuição do ritmo da desvalorização do escudo e do abrandamento das dificuldades na concessão de crédito às grandes empresas e às multinacionais, que outras alterações espera o Governo introduzir na política que vem sendo prosseguida, por imposição do FMI, para os sucessivos Governos de inspiração presidencial?

A lei aprovada pelo Governo Mota Pinto relativa à retenção do 12.º e 13.º mês, condicionando o recebimento destes à apresentação da declaração do imposto complementar, além de inconstitucional, mostra claramente uma intenção de afrontamento com os trabalhadores escamoteando completamente as grandes fontes de fuga ao fisco. Que tipo de medidas considera o Governo dever desenvolver no sentido de dar combate à fuga ao fisco, praticada essencialmente pelos grandes capitalistas e por indivíduos que exercem profissões liberais das quais auferem grandes rendimentos?

Pensa o Governo tomar medidas no sentido de revogar esta disposição inconstitucional do Governo Mota Pinto. Isto é, revogar o decreto que aprova a retenção do 12.º e do 13.º mês?

Os trabalhadores, através das suas organizações de classe, têm erguido um conjunto de reivindicações, face às quais é necessário que o Governo se defina claramente. Qual a política laboral que o Governo actual tenciona seguir?

Estará o Governo disposto a anular o pacote laboral do executivo Mota Pinto, nomeadamente a legislação que diz respeito a férias, feriados e faltas, contratos a prazo e despedimentos, e a actualizar o salário mínimo nacional, de acordo com as exigências dos trabalhadores e do movimento sindical?

Está o Governo de facto disposto a rever todo um con-

junto de ilegalidades e prepotências feitas directamente ou sob protecção dos anteriores Governos reaccionários do presidente Eanes, nomeadamente:

- a) Autorização dada para o despedimento colectivo de 269 trabalhadores da Standard Eléctrica/ITT;
- b) O despedimento ilegal dos membros da comissão de trabalhadores e delegados sindicais da Soda-Póvoa;
- c) Os despedimentos e as suspensões arbitrárias e ilegais dos activistas sindicais e de trabalhadores em geral por perseguições político-sindicais.

Entendendo a UDP que a Reforma Agrária constitui uma das mais importantes conquistas do povo trabalhador após o 25 de Abril e que a sua consagração constitucional impõe a sua defesa intransigente, queremos saber da Sr.ª Engenheira Pintasilgo e, em especial, da Ministério da Agricultura e Pescas se, conhecendo o ruinoso acordo assinado entre o Governo Português e o FMI em Setembro de 1978, reconhece que o mesmo, a ser aplicado, implicaria para a Reforma Agrária o seguinte: a destruição das cerca de 490 UCP's entregando-se estas terras aos reservatários capitalistas e latifundiários; o financiamento de 100 cooperativas capitalistas; o despedimento de 33 000 trabalhadores, ou seja, 56 % da mão-de-obra assalariada.

Conhecendo o Governo tudo isto, vai este acordo ser revogado?

Vai o Governo iniciar imediatamente as expropriações previstas na lei e indevidamente retidas na mão dos agrários?

Pensa o Governo acabar com o estrangulamento das cooperativas e UCP's através da concessão de crédito bancário e, principalmente, com a criminosa retenção da cortiça?

Sr. Presidente, Sr.ª Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estas são as primeiras perguntas que a UDP, expressando alguns dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e o Povo Português, entendeu fazer a fim de tornar mais clara a política e o Programa do Governo que hoje foi apresentado nesta Câmara.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — O Acácio não era pior...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante dos deputados independentes sociais-democratas.

O Sr. Magalhães Mota (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A vida política portuguesa oferece-nos, neste momento e lugar, a oportunidade de não só pedirmos esclarecimentos ao Governo, como de também os darmos nós.

Com toda a verdade, como se impõe. Por isso mesmo, com crueza. A crueza antipática quer para a fauna dos chamados "desiludidos" porque esperavam o paraíso, quer para a dos impotentes, que nada fizeram para fazer melhor, quer para os intelectuais refugiados no seu "Vale de Lobos" privativo.

Raul Proença atreveu-se a dizer a António Sérgio, que então estava no Brasil, o que, aqui e agora, quer repetir aos vários "capitães de areia" que vamos encontrando:

Suponho — escreveu Proença — que a atitude correta do salvador exige que nos compenetremos de que, assim como nos cumpre ensinar a pensar os nossos concidadãos, nos assiste o dever de lhes ensinar igualmente o pertinaz heroísmo e a firme vontade de realizar que o meu amigo abandonou. O Sérgio prega do Brasil a salvação da Pátria. E neste simples facto há uma contradição.

Para que salvemos a Pátria necessário é que a não abandonemos nos piores momentos, que firinemos [...] bem rijamente os pés na lama. Não há nada que explique a renúncia e o abandono do homem de élite, que deve ser a realização suprema do verdadeiro homem. Sobre ser uma inteligência, ele tem de ser necessaria-

mente um herói. Ficar quando tudo foge, resistir quando todos caem, afirmar quando todos negam.

Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:
— Muito bem!

O Orador:

Não crer talvez, e todavia lutar para que a sua coerência se não perca e para que ele ao menos tenha cumprido o seu dever. Que importa que o livro do homem de *elite* nos pregue o bom caminho? Mais alto que o livro do homem de *elite* pregam os actos do homem de *elite* e o pedagogo que abandona Portugal dá ao seu país a pior lição de pedagogia.

Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:
— Muito bem!

O Orador: — É por isto que eu só poderia tentar dizer, com piores palavras, que o primeiro esclarecimento deste debate é multifacetado.

É primeiro o reconhecer e saudar — porque merece ser saudado — que o Governo encare a sua tarefa não prioritariamente como sacrifício mas como desafio que enfrenta e como compromisso que livremente assume.

É, ao mesmo, a pergunta frontal à consciência de cada um — e em especial a quantos se querem colocar fora da política para mais facilmente terem os "políticos" como causadores de todos os males — a pergunta frontal, dizia, de saber quantos podem, hoje e agora, responder "eu cumpri os meus deveres de cidadão".

É ainda e também a denúncia dos derrubadores de Governos. Os "esquecidos" — e que pretendem fazer esquecer — de que ou este Governo se formou por essa coisa simples que é ter-se derrubado um, ou, com mais verdade, os anteriores.

Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:
— Muito bem!

O Orador: — Os "esquecidos" de que um país não pode permanecer sem Governo e que o vazio de poder só ajuda quem não pensa na democracia.

A alternativa de que precisamos não é de teimosia egoísta nem de fechar portas, não é de "birras" malcriadas nem de insultos fáceis. Mas de afirmações claras e construtivas. De projectos, de actos.

Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:
— Muito bem!

O Orador: — Quem tem soluções, que as aponte. Porque apontar apenas com o dedo, para a calúnia e o insulto, é pouco e é feio.

Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:
— Muito bem!

O Orador: — Deslocar o debate para as pessoas, rotulá-las e reduzi-las na sua dimensão e dignidade a estereótipos pré-fabricados é, no fundo, a profunda cobardia de evitar discutir o fundo das coisas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quando se é conservador, porque "manter" não é exaltante nem promissor, é preciso encenar cenas dramáticas, encontrar líderes carismáticos e deslocar os debates para que não possam ser de ideias. É, por exemplo, discutir o Presidente da República em vez do Governo.

Insultar implica apenas capacidade de "berro" e nem obriga à imaginação!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Analisar e discutir implica o confronto das teses próprias — que é então preciso ter — com as alheias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os sociais-democratas independentes tudo farão para que todo o debate — e não só este curto período — seja de esclarecimento e não de eleitoralismo manobrista.

Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Um povo cansado de palavras, desesperado com o agravar das suas condições de vida, exige dos responsáveis partidários que, em vez de se preocuparem em gabar os seus méritos e chamar nomes aos adversários, em vez de gastarem todas as "suas" energias em saber quem ocupa o poder, se preocupem, uma vez ao menos, com esse mesmo povo que tanto invocam.

Vozes dos Deputados independentes sociais-democratas:
— Muito bem!

O Orador: — Que ponham os interesses nacionais acima dos interesses pessoais ou de grupo e se empenhem nas tarefas imensas, necessárias e urgentes, para que a Pátria tenha futuro e esperança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.º Primeiro-Ministro: — Breves pedidos de esclarecimento agora.

Definindo-se o Governo como de transição, porque acima de tudo nos preocupa a criação de condições para reconstituir Portugal democrático e independente, gostaríamos de saber como encara o Governo a nova dimensão da Nação Portuguesa. Tem-na como assente no rectângulo continental, ou alargada aos emigrantes, às comunidades espalhadas pelo mundo e também ao conjunto dos povos luso-afro-brasileiros? E como se coloca o Governo face à opção europeia?

O Governo diz não recuar medidas impopulares. Entre estas, contar-se-á o aumento de preços? Quais? E porque? Esse aumento é igual ou superior àquele que, tomadas medidas em tempo útil, seria previsível? Designadamente, o IV Governo anunciou não aumentar alguns preços por quanto procuraria outras soluções. Deixou o IV Governo algumas sugestões ou estudos que permitam encarar as alternativas que anunciou?

Risos do PS.

Considera o Governo que a actividade por si a desenvolver poderá servir de útil contraponto a uma acção alienante e desmobilizadora da capacidade de decisão e empenhamento que o cansaço e a guerrilha partidária têm fomentado? Como? Com que meios?

Dentro dos objectivos de clarificação e clima de serenidade, qual a estratégia que o Governo vai utilizar na resolução dos processos de regulamentação colectiva pendentes no Ministério do Trabalho?

Foi apontada a prioridade conveniente para um conceito global de desenvolvimento: que incidências práticas terá esse conceito tendo em conta a subalternização dos agricultores portugueses, carenciados de tudo ou quase tudo? E é ou não a agricultura sector considerado prioritário para a recuperação económica?

Como tenciona o Governo proceder à regulamentação das leis fundamentais para a caracterização do sistema económico-social?

Que política energética, articulada com as medidas de austeridade?

Iniciar-se-á finalmente, e em que prazo, a distribuição dos

títulos de dívida pública correspondentes aos pagamentos das indemnizações?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao longo do debate, outras questões formularemos, até face ao estudo aprofundado que faremos do Programa. Consideramos grave e séria a situação do País. Por isso não regatearemos o nosso contributo.

Há quem se confunda com o País e com o povo.

Nós, não temos essa pertensão, que é a dos ditadores. Somos apenas uma parcela. Mas é o nosso esforço que não negamos. Se considerássemos inútil este debate, teríamos a coerência de dele não participar!

Vozes do PS: – Muito bem!

Aplausos dos Deputados independentes sociais-democratas.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Primeiro-Ministro: Eu seria tentado a dizer que parece ser sinal dos independentes, neste momento, a de lutarem contra o tempo... A Sr.^a Primeiro-Ministro, independente, tem cem dias para governar; eu, Deputado independente, tenho dois minutos para lhe fazer perguntas!

Risos.

Só que julgo que haverá, contudo, uma grande diferença – pelo menos sinceramente o espero –: é que a sr.^a Primeiro-Ministro saberá utilizar melhor os seus cem dias de Governo do que eu saberei utilizar os meus dois minutos para lhe pôr questões...

O Sr. Salgado Zenha (PS): – Não é difícil!

O Orador: – De qualquer modo, não lhe vou pôr agora essas questões. Reservá-las-ei para o debate, para o qual a generosidade dos meus colegas me atribuiu um pouco mais de tempo e em que me será possível talvez desenvolver minimamente essas questões.

Mas como temos de viver com o que temos e como em tempo de austeridade temos de aproveitar o que temos, mesmo sendo pouco, aproveitaria o tempo que me resta para me congratular, não pelo facto de termos pela primeira vez na nossa história um Primeiro-Ministro que é mulher (penso sinceramente, Sr.^a Primeiro-Ministro, que congratular-me com tal facto seria ainda um reflexo do carácter discriminatório em relação às mulheres)...

O Sr. Magalhães Mota (Indep.): – Muito bem!

O Orador: – ... mas para, antes de mais nada, congratular-me – penso, sim, que esse será motivo para nos congratularmos ou não – por termos à frente do Governo, e para além daquilo que possam ser as divergências de ordem política – e elas existem seguramente entre mim e a Sr.^a Primeiro-Ministro –, alguém que pelas suas qualidades dignifica o cargo que exerce, dignificando as instituições democráticas e o País.

Vozes de alguns Deputados do PS: – Muito bem!

O Orador: – Quero também congratular-me, Sr.^a Primeiro-Ministro, pelo discurso que fez nesta Assembleia. Não porque me veja ou me reveja nesse discurso dir-lhe-ei mesmo que não me identifico com a maior parte daquilo que nesse discurso se afirmou. Mas identifico-me nalguma coisa, que é talvez essencial no discurso da Sr.^a Primeiro-Ministro: é no que nele há de respeito pelas instituições, de respeito por esta Assembleia, de respeito pela democracia, de respeito

pelo papel dos partidos e dos Deputados, no que nele há de tolerância, de humildade, de decisão em enfrentar os problemas. Aí sim, creio que pelo menos com isso me identifico.

Sr.^a Primeiro-Ministro: Eu quereria portanto agradecer-lhe o seu discurso porque, como lhe disse, para além de tudo aquilo que politicamente decerto nos separa, o seu discurso foi para mim uma lufada de ar fresco nesta Assembleia depois de longos meses em que ouvimos da boca daqueles que aqui representam o Governo exactamente o discurso contrário, o discurso da mediocridade cheirando a mofo, do provincialismo que já não se usa, da preponderância e da presunção.

O Sr. Igrejas Caeiro (PS): – Muito bem!

O Orador: – Por essa lufada de ar fresco, muito obrigada, Sr.^a Primeiro-Ministro.

Vozes do PS: – Muito bem!

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o Sr. Deputado Brás Pinto.

O Sr. Brás Pinto (Indep.): – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Primeiro-Ministro: O Programa do Governo, no capítulo relativo às medidas sectoriais, na p. 24, diz que "o Governo entendeu desnecessário indicar exaustivamente programas da acção interna" porque "tais programas envolvem a sequência normal de acções já iniciadas ou consideradas como de rotina, bem como outros elementos de mera gestão corrente".

O Programa também pouco ou nada diz em relação ao lamentoso problema da Reforma Agrária, e assim a citação da p. 24 levanta-nos sérias apreensões, dadas as acções de rotina e de mera gestão a que principalmente o último gabinete do MAP nos habituou...

Diz também o Programa, no respeitante às medidas na área económica, que se irão estabelecer prioridades, nomeadamente em relação à melhoria das condições de vida e de emprego.

As UCP's e cooperativas têm-se visto a braços com problemas de diminuição drástica da área explorada, com a consequente diminuição da carga de mão-de-obra, já que os latifundiários não a absorvem proporcionalmente, criando-se portanto o subdesemprego. Como pensa o Governo resolver este problema? Irá sustar a atribuição ilegal de reservas em que o IV Governo primou até que entre em execução a Lei de Alterações à Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária, aprovada nesta Assembleia no dia 26 do mês passado, apenas aguardando promulgação do Presidente da República?

Também quanto a este problema, como se coaduna esta situação que se vive na zona da Reforma Agrária com o ponto 2.4 da p. 30 do Programa, no qual, em matéria de emprego, se promete estimular os empreendimentos cooperativos que tenham em vista a criação e manutenção dos postos de trabalho?

Ainda no capítulo da actividade económica, o Programa contempla medidas que garantam e salvaguardem os aspectos empresariais resultantes da aplicação da Lei da Reforma Agrária. Dado que as medidas dos anteriores Governos, nomeadamente o corte de crédito agrícola de emergência e a tão famosa lei da cortiça, inviabilizaram economicamente uma grande parte das empresas nascidas da Reforma Agrária, pergunto: que medidas concretas pensa tomar o V Governo para viabilizar essas empresas?

Por outro lado, e ainda no capítulo económico, não consegui descortinar no Programa, no que se refere ao comércio, qualquer medida incentivadora das cooperativas de consumo, que eu pessoalmente considero darem um contributo importante para a estabilização e contenção dos pre-

ços e, portanto, para a manutenção do poder de compra. Será lapso, ou de facto há medidas perspectivadas neste sentido? É que, quanto ao apoio às cooperativas, parece-me que o Programa é muito pouco claro e não dá uma aplicação concreta das medidas constitucionais no que se refere às medidas preferenciais de apoio que deve ter o sector cooperativo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Carmelinda Pereira.

A Sr.^a Carmelinda Pereira (Indep.): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: A primeira questão que eu gostaria de pôr à Sr.^a Primeiro-Ministro á a seguinte: a Sr.^a Primeiro-Ministro foi membro da Câmara Corporativa desde 1969 até ao dia 25 de Abril de 1974, altura em que foi derrubada pela Revolução que começou nesse dia. Pergunto por que é que a Sr.^a Primeiro-Ministro pertenceu a essa Câmara e se estava de acordo com ela.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, a questão que pôs não se relaciona com o programa do Governo...

Risos.

Aplausos do PS, dos Deputados independentes sociais-democratas e da Deputada Georgeta Ferreira (PCP).

O Sr. Presidente: — Mas faça favor de continuar.

A Oradora: — Sr. Presidente, os programas são elaborados ou põem-se em prática pelas pessoas e nós estamos habituados — a experiência já nos diz — a que não basta olhar para os Programas mas também para aqueles que se propõem executá-los. E a partir daí eu ponho a questão: tendo a Sr.^a Primeiro-Ministro pertencido ao regime da Câmara Corporativa durante anos, considera poder executar um Programa a favor do povo trabalhador que derrubou essa mesma Câmara?

Outra questão: a Assembleia da República é o Órgão máximo de Soberania do povo em democracia e o Sr. General Ramalho Eanes decide dissolver esta Assembleia porque ela não lhe interessa em função da sua representação...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, essa questão também não faz parte do Programa do Governo...

A Oradora: — Se o Sr. Presidente me dá licença, eu direi que posso utilizar os dois minutos de que disponho a falar do Programa do Governo, do Governo e das pessoas que o compõem.

O Sr. Presidente: — Mas as pessoas não estão em causa, Sr.^a Deputada... O que está em causa é o Programa do Governo.

Vozes do CDS: — Oh, Sr. Presidente...

A Oradora: — Sr. Presidente, eu queria saber as intenções da Sr.^a Primeiro-Ministro e a questão que lhe quero pôr é esta: se considera correcto aceitar formar um Governo na base da dissolução de uma Assembleia da República e a partir daí governar apenas sob a orientação do Presidente da República, contra a qual se encontra hoje a esmagadora maioria do povo trabalhador português, constituindo um Governo com a maioria dos seus elementos pertencentes aos Governos também do Sr. General Ramalho Eanes — de Nobre da Costa e de Mota Pinto —, Governos esses que foram odiados por todo o povo trabalhador deste país.

Concretamente em relação ao Programa, gostaria de saber se a Sr.^a Primeiro-Ministro tenciona acabar com a repressão e a ocupação militar e policial nas terras do Alentejo, suspendendo imediatamente a entrega de qualquer terra aos antigos latifundiários que eram protegidos pela Câmara

Corporativa e se tenciona proceder à suspensão imediata da lei dos despedimentos e dos contratos a prazo, que permite hoje aos homens que eram defendidos e protegidos por essa Câmara lançar na miséria milhares de famílias na situação mais dramática, como toda a gente sabe.

E se os Srs. Deputados desta Assembleia procuram pôr a questão a ridículo, dir-lhes-ei que não é ridículo mas dramático que em milhares de lares deste país se passe fome.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de o Governo responder às questões que lhe foram postas vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Entretanto, lembro aos representantes dos partidos a reunião que se irá fazer durante o intervalo para assentarmos na forma como os trabalhos irão decorrer nos dias que se seguem.

Eram 18 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a reunião.

Eram 19 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Vamos passar às respostas do Governo, para o que dou a palavra à Sr.^a Primeiro-Ministro.

A Sr.^a Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Srs. Deputados: Começo por afirmar que vou falar daqui para não criar problemas aos Srs. Deputados quando tiverem de intervir no debate. É que assim ficamos todos no mesmo plano...

Risos.

Aplausos do PS e dos Deputados independentes, Vital Rodrigues, Brás Pinto, Lopes Cardoso, Galvão de Melo e Cunha Simões.

A Sr.^a Primeiro-Ministro: — Antes de tentar responder às questões que foram colocadas, queria salientar que, apesar de o Programa deste Governo ter sido apelidado de ambicioso, não menos ambiciosas foram as perguntas, e que, apesar de o debate ter sido considerado como dispensável, o que é facto é que isso também não impediu a formulação de numerosas perguntas!

E é perante estas situações algo contraditórias e, no entanto, compreensíveis por isso mesmo, que vou tentar esboçar algumas respostas que julgo serem necessárias.

Em primeiro lugar, entendo o Governo ser um órgão colegial e é nessas condições que nos encontramos aqui perante a Assembleia. Por isso, de momento apenas tentarei responder às questões que, de certo modo, não direi que sejam da minha responsabilidade exclusiva, mas que devem ser verbalizadas por mim. A resposta às perguntas sobre os aspectos sectoriais da acção governativa será dada a forma adequada e completa pelos meus colegas do Governo, e no momento próprio, se isso for de novo necessário, tentarei enquadrá-las nas perspetivas políticas mais amplas em que nos situamos.

Julgo que é importante ter presente esta afirmação porque não estamos talvez suficientemente habituados a funcionar com órgãos colegiais, que são compostos por personalidades com espírito, mentalidades e opções diferentes. E gostaria que a Assembleia tivesse consciência de que tem perante si um Governo composto por pessoas que, sem abdicarem das suas convicções, aceitam e assumem a condição colegial do seu funcionamento.

Ora, o primeiro conjunto de questões que foram postas ao Governo diz respeito à sua própria natureza. Tenta-se esclarecer se este Governo é ou não um Governo de gestão.

Sem tentar o ardil fácil de remeter a resposta para as afirmações do Sr. Presidente da República, gostaria de esclarecer que é também do entendimento deste Governo que a expressão "Governo de gestão" não constitui na harmo-

nia e no equilíbrio dos nossos princípios actuais uma figura constitucional.

Se, no entanto, nos colocarmos em termos da acção governativa, em que são necessárias decisões e actos de ordem administrativa e política, diremos que a governação é toda ela um acto de gestão. E todos os que estão presentes nesta Sala e que têm tido ao longo da sua vida alguma experiência de gestão, ainda que num círculo limitado, têm de reconhecer que a gestão significa actos decididos hoje que implicam o curto prazo mas, sem dúvida, repercutindo-se sempre no médio prazo e por vezes no longo prazo.

E por isso julgo que importa dizer que, no quadro da nossa Constituição, ou todos os Governos são de gestão ou, então, a aplicação dessa categoria terá de ser cuidadosamente elaborada pela Assembleia da República. Julgamos porém, que ela não se aplica ao Governo actual. Por outro lado, gostaria ainda de salientar que me parece desprimo-
so para a Assembleia da República que um Governo que perante ela se apresenta para a aprovação do seu Programa com todas as características de um Governo democrático, logo satisfazendo todas as condições de um Governo constitucional, fosse considerado à partida como um Governo de gestão...

Parece que há aí um vestígio da nossa tendência algo masoquista que nos levaria a um auto-esvaziamento dos órgãos democráticos. Penso que não é essa a intenção desta Assembleia e que não é com certeza a proximidade da sua dissolução que leva a uma tal interpretação...

Quanto à natureza do Governo, foi ainda levantada uma segunda questão que julgo da minha responsabilidade, pelo que me alongarei talvez um pouco mais na minha resposta. Trata-se do vocábulo "transição". No capítulo I do Programa do Governo está explícito que consideramos este Governo como um Governo de transição, o que eu própria afirmei no discurso introdutório, que lamento tenha sido considerado vazio porque, além de sujeito, predicado e complemento directo, tinha algumas afirmações de fundo que gostaria que tivessem penetrado, talvez em onda curta, nos ouvidos das Sr.as e dos Srs. Deputados!

Esse conceito de Governo de transição tem essencialmente, no meu entender, este significado: trata-se de um Governo que vai agir num período que é logicamente diferente de todo o período que conhecemos desde o princípio desta legislatura e do período que se vai seguir às eleições intercalares.

Para esclarecer melhor o significado da expressão "Governo de transição", diria que tivemos até agora, desde o começo da Legislatura, uma série de Governos, que foram formados em resultado do equilíbrio das forças políticas ou da dificuldade de esse equilíbrio se manifestar a nível governativo — e a Assembleia da República está melhor colocada do que eu para poder analisar os trâmites de formação dos vários Governos. Agora, perante a decisão do Sr. Presidente da República, realizar-se-ão eleições intercalares no Outono deste ano. A partir daí, é legítimo pensar que um novo equilíbrio de qualquer sinal que seja vai nascer e que desse equilíbrio um novo Governo vai sair. E é justamente este intervalo, este entre-dois, que caracteriza este período que me levou a chamar a este Governo um Governo de transição.

Já que falei da decisão do Sr. Presidente da República, *en passant*, queria afirmar que, talvez contrariamente à expectativa de alguns dos Srs. Deputados, não vou comentar nem responder às afirmações que foram feitas quanto à decisão do Sr. Presidente da República relativa à dissolução da Assembleia, à realização de eleições intercalares ou à formação deste Governo.

Penso que esse é um problema a resolver entre dois Órgãos de Soberania que são a Assembleia da República e o Sr. Presidente da República. O Governo não é "correia de

transmissão" entre a Assembleia da República e o Sr. Presidente.

Vozes dos deputados independentes sociais-democratas:
Muito bem!

A Sr.ª Primeiro-Ministro: — O Governo de transição é um Governo que se situa sobretudo no seguimento das instituições democráticas. E embora julgue perceber nas perguntas que foram formuladas uma referência a esta própria expressão usada noutro contexto na nossa Constituição, devo insistir que este carácter de transição se não identifica com a expressão "transição" usada na Constituição, mas que se refere apenas a este intervalo no tempo.

Julgo que só numa concepção estática da vida e da governação é que se poderia imaginar que há antagonismo entre um Governo de transição e a democracia. Penso que um Governo de transição, se a Assembleia aprovar o seu Programa, tem as mesmas condições que qualquer outro Governo para garantir a democracia.

E relativamente a este ponto gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados para o primeiro capítulo do Programa do Governo, em que se esboça largamente a interpretação da natureza deste Governo. Esta interpretação não é apenas minha mas tem também sido feita pelo Conselho de Ministros nas várias reuniões que precederam esta apresentação do Programa do Governo à Assembleia da República.

Um terceiro conjunto de questões diz respeito ao funcionamento da acção governativa. E aqui quero, em primeiro lugar, prestar um esclarecimento e depois fazer um pedido.

Quanto ao esclarecimento, ele diz respeito à expressão que utilizei no meu discurso de introdução, isto é, às possíveis "virtualidades" deste Governo de transição, tendo eu própria utilizado a expressão "o aproveitamento do tempo de transição".

Ora, quais são essas virtualidades? Penso ser necessário tornar clara e transparente a nossa intenção: a urgência do tempo, isto é, o facto de cem dias estarem diante de um Governo levará certamente não a uma maior dedicação que a dos Governos anteriores — que não está posta em causa —, mas a um sentido muito premente da necessidade de resolver os problemas em tempo útil.

E quando falei em virtualidades e no seu aproveitamento supus também a necessidade de preparar o caminho para quem vem a seguir. Julgo que um Sr. Deputado falou em humildade... Talvez esta palavra choque esta Assembleia, mas julgo que este Governo se situa numa atitude de humildade democrática, quer dizer, no respeito pelas instituições democráticas e pela sucessão lógica da acção governativa, independentemente de quem a exerce e dos coeficientes políticos de que vêm afectadas as pessoas que exercem a governação. É neste sentido que o Governo a que presido entende preparar o caminho, e pretende fazê-lo com tanta força e tanta convicção como tentaria fazer se tivesse diante de si muito mais tempo.

Não deixo, no entanto, de acentuar que estas virtualidades levam também a tornar diferente a acção governativa em alguns aspectos.

Devo esclarecer que a média de páginas do Programa é não de duas mas de meia página por dia durante os cem dias. E embora o Programa apareça ainda como um Programa talvez demasiado longo — quase 40 páginas — e sobretudo ambicioso, o certo é que foi pela primeira vez possível elaborar um Programa desta dimensão! Quero lembrar a esta Assembleia que os Programas que antecederam este chegaram a ser de quatrocentas páginas, o que é lógico dentro da preocupação dos governantes de então.

Julgo que foi a situação referida que levou o Governo a con seguir um Programa que, pelo seu carácter sintético, desejaría não fosse confundido com abstracção nem vacuidade, e que permitirá orientar a acção governativa nos próximos meses.

E gostaríamos, se isso fosse possível, de deixar, de algum modo, o caminho aberto para outras formas de apresentar o Programa do Governo que dêem bem a noção de que não se trata de um arranjo tecnocrático de sectores da governação, mas de objectivos e medidas que têm como objecto directo o povo, na sua individualidade e na sua expressão comunitária.

As virtualidades deste tempo de transição têm também que ver com um ponto que referi do meu discurso, o que fiz talvez demasiado veladamente, e que diz respeito ao facto de este Governo sentir que tem obrigação, enquanto Governo, de não deixar cargas excessivas aos Governos que lhe sucedam — e digo excessivas para não usar outro adjetivo. As virtualidades deste tempo terão por isso de ser aproveitadas não em termos dos frutos que este Governo vai colher — que não colherá nenhum, disso estamos absolutamente certos — mas dos frutos que eventualmente os Governos que se seguirão, por desejo expresso do povo português, poderão legitimamente colher.

O esclarecimento está prestado. Resta agora o problema que foi levantado, e que tem preocupado o Governo durante os curtos dias da sua existência, e que é o problema de como vamos governar perante a existência de áreas de competência reservadas à Assembleia da República.

Para já, devo dizer que o Governo não tem uma resposta feita para esta questão e pensa que ela deve ser encontrada não só durante o debate que vai decorrer nestes dias como também em estreita colaboração com o sr. Presidente da República e sobre as decisões que relativamente a esta matéria possam vir a ser tomadas.

Foram naturalmente encarados por este Governo os vários aspectos, talvez mesmo as três hipóteses possíveis, relativamente à resolução desta questão. Mas como este Hemiciclo abunda em juristas e em notáveis constitucionalistas, não me vou atrever, simples engenheira que sou, a entrar nas várias hipóteses que se podem pôr para resolver o problema de como governar sem a Assembleia a funcionar.

Penso que o realismo e a responsabilidade desta Assembleia, como do próprio Governo, levarão com certeza a encontrar uma solução que permita que durante este período os problemas não fiquem bloqueados e o Governo se veja incapaz de governar. E quero acentuar que se trata de governar e não de realizar qualquer plano grandioso que transcedesse o mandato explícito deste Governo...

Ainda quanto ao funcionamento da acção governativa, foi posta uma pergunta relativamente aos Ministros da República para as Regiões Autónomas. Como é do conhecimento desta Assembleia, o Estatuto dos Ministros da República nas Regiões Autónomas não supõe a sua demissão automática com o Governo cessante. Isto é uma afirmação de facto e não uma afirmação de intenção, que não está tomada relativamente ao conjunto de Ministros que integram o presente Conselho de Ministros.

Uma quarta questão levantada no Hemiciclo diz respeito às relações do Governo com partidos e forças sociais.

Queria desde já clarificar que a referência feita, quer no meu discurso de hoje, quer no Programa do Governo, ao estímulo a formas de associação de todo o povo segundo as comunidades de interesses e afectos — julgo que esta é a expressão utilizada — implica, ao fim e ao cabo, a continuidade da vitalidade da nossa vida social. Aquilo que o Governo pretende não pode ser procurar esta ou aquela forma de associação, mas quer garantir que a liberdade também aí encontrará um estímulo.

As relações deste Governo processar-se-ão, naturalmente, da forma considerada normal e correcta, da parte do Governo, com os partidos existentes e outros que eventualmente se venham a constituir — problema que não é da responsabilidade do Governo, mas do Supremo Tribunal de Justiça e da Lei Eleitoral.

Quero deixar bem claro que da parte do Governo não haverá nenhuma fuga ao diálogo. Foi com verdadeiro pra-

zer que ouvi os Srs. Deputados referirem a necessidade desse diálogo com as forças políticas. Contragulo-me e espero que esse diálogo se possa fazer sempre nos dois sentidos.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a Primeiro-Ministro: — Embora não seja minha intenção, como disse no início da minha intervenção, entrar em aspectos sectoriais da actividade do Governo, não posso deixar de fazer um breve apontamento sobre três zonas de problemas que foram focadas por todos os grupos parlamentares. Refiro-me aos meios de comunicação social, à Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária e aos sectores da nossa política externa. Deixarei a cada um dos Srs. Ministros encarregados das respectivas pastas o cuidado de indicar em pormenor os aspectos do Programa do Governo que se referem a estas questões e de discutir com este Hemiciclo as linhas de orientação que se propõem realizar. Todavia, não quero deixar de focar algumas questões de fundo.

A primeira é que os meios de comunicação social são, sem dúvida, no nosso país e neste momento, um aspecto importantíssimo da consolidação da nossa democracia. Daí a preocupação do Governo — assim que for investido por esta Assembleia, como espera — em tomar decisões rápidas e pertinentes relativamente à garantia de isenção total dos órgãos de informação e em particular dos órgãos de informação estatizados.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a Primeiro-Ministro: — O Governo considera que no mundo em que vivemos é impossível analisar os órgãos de informação apenas através de discursos moralizantes. Na verdade, estamos perante uma dimensão inteiramente nova do mundo, com as suas regras próprias, seu rigor, sua ética profissional, e da mesma maneira que um cirurgião não vai para a sala de operações sem o devido cuidado também um profissional da informação não pode informar o povo sem o cuidado correspondente. Será esta norma de ordem deontológica que presidirá a todos os critérios que o Governo vier a estabelecer — que, de resto, já estão patentes no seu Programa — no decurso da sua actuação.

No que diz respeito à Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária, é intenção deste Governo procurar a sua execução integral de forma a não privilegiar todos aqueles que eventualmente de tal lei, ou das suas alterações, ou da sua não aplicação se queiram apropriar. Há uma lei votada nesta Assembleia, logo há uma lei que se deve aplicar. Ao Governo cabe executá-la dentro do bom senso, do equilíbrio e da rapidez que exigem tais medidas, sem nunca violar nem a liberdade nem a justiça que a todos, sem exceção, são devidas.

O Sr. Ministro da Agricultura entrará na sua exposição numa clarificação pormenorizada relativamente às intenções do Governo quanto à Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária. Pessoalmente, gostaria apenas de insistir sobre a necessidade de repor o problema da Reforma Agrária no contexto amplo do problema do mundo rural e do mundo agrícola do nosso país, de tal modo que possamos — não certamente em cem dias — dentro de um período de tempo que a todos interessa seja o mais breve possível tornar cada vez mais dinâmico o sector agrícola e garantir àqueles que nele trabalham condições de vida humana digna e coerente.

No domínio da política externa, não foram postas propriamente questões, mas foi feita uma afirmação quanto à integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Esclareço que na pág. 18 da primeira versão do Programa se diz, e claramente, que Portugal tem uma política externa conduzida através de dois caminhos; um, que diz respeito à sua inserção no espaço geopolítico onde nasceu, ao qual se encontra vinculado por razões óbvias, entre as quais a presença de um terço da sua populaç^{ao}

activa nessa zona; outro, a diversificação das relações com os povos de outros continentes e doutros regimes políticos.

Quero esclarecer que nesta questão julgo haver alguns mal-entendidos: é que não há de facto oposição entre a integração de Portugal, como, aliás, de qualquer outro país, na Comunidade Económica Europeia e uma participação no concerto universal das Nações, mesmo com aspectos privilegiados para os Estados que hoje se exprimem oficialmente em português e que foram colónias do nosso país.

Vozes do PS: – Muito bem!

A Sr.ª Primeiro-Ministro: – A opinião apenas interessa a quem quiser fazer alguma especulação sobre uma ou outra destas vertentes. Elas nunca se excluíram mutuamente e – talvez a minha experiência aqui possa contar – posso garantir que em termos da nossa presença no mundo essas duas dimensões não só são aceites, como são desejadas e queridas por todos os nossos parceiros a nível mundial.

Todos os portugueses que quiserem amputar o País de uma destas dimensões estão a mutilar gravemente a identidade nacional!

Aplausos do PS, Deputados independentes sociais-democratas e do Deputado Independente Vasco da Gama Fernandes.

Vou terminar porque considero que estas são as questões de cariz imediatamente político sobre as quais me cabia pronunciar, mas não quero deixar de focar que vamos realizar este mandato, se formos investidos por esta Assembleia, em condições de enormes dificuldades económicas e financeiras. Não só herdámos uma situação que é bem conhecida – e não vou entrar no coro tradicional, enjeitando responsabilidades para quem me antecedeu –, mas estamos conscientes de estar numa época da história do mundo em que de facto a economia sofre também uma enorme transformação. Não pretendemos resolver a nova codificação da economia, não nos cabe essa tarefa, mas compete-nos frontalmente ver as questões económicas e financeiras com a seriedade que elas merecem, não pela linguagem de certa maneira hermética de que elas se revestem para os peritos, mas porque elas se traduzem no pão, na habitação, na saúde, na segurança social dos indivíduos e da colectividade, perante a qual somos responsáveis.

Para terminar, não queria responder, mas esclarecer uma interrogação que foi posta quanto ao período de vigência deste Governo. Fui chamada para formar um Governo até à constituição de uma nova Assembleia da República. Foi esse o compromisso que assumi; é desse compromisso e só desse que respondo. Constituída uma nova Assembleia, o meu mandato está subjectivamente terminado. A fórmula que se seguir a esse mandato decorrerá dos mecanismos mais adequados e da decisão dos Órgãos de Soberania competentes. Não esqueço que o Governo está subordinado à Assembleia da República e ao Sr. Presidente da República.

É tudo por hoje. Muito obrigado, meus senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): – Não apoiado!

Risos.

O Sr. Presidente: – Srs. Deputados, pelo Sr. Deputado Salgado Zenha foi apresentado um requerimento verbal a pedir que o início dos debates sobre o Programa do Governo se realize dentro de 48 horas. Deste modo, porque é legal, o debate começa na próxima quinta-feira, às 10 horas, e prolongar-se-á por sexta-feira e sábado, com início

sempre às 10 horas, a interrupção habitual às 13 horas e termina às 20 horas. No sábado não sabemos a que horas terminará.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 15 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Augusto M. da Silva Andrade.
Alfredo Fernando de Carvalho.
António Cândido Miranda Macedo.
António José Sanches Esteves.
Beatriz Almeida Cal Brandão.
Edmundo Pedro.
Florêncio Quintas Matias.
Jaime José Matos da Gama.
Joaquim José Catanho de Menezes.
Joaquim Oliveira Rodrigues.
José Gomes Fernandes.
José Maria Parente Mendes Godinho.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Manuel Branco Ferreira Lima.
Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
Mário Manuel Cal Brandão.
Sérgio Augusto Nunes Simões.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
Fernando José da Costa.
Joaquim Eduardo Gomes.
José Rui Sousa Fernandes.
Mário Júlio Montalvão Machado.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
Álvaro Manuel Brandão Estêvão.
Carlos Alberto Faria de Almeida.
Eugenio Maria N. Anacoreta Correia.
Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
Henrique José C. M. P. de Moraes.
João Carlos F. Malhó da Fonseca.
João José M. F. Pulido de Almeida.
João da Silva Mendes Morgado.
José Luís R. de Albuquerque Christo.
José Manuel Cabral Fernandes.
Luís Aníbal de Sá de Azvedo Coutinho.
Manuel A. de A. de Azevedo e Vasconcelos.
Narana Sinai Coissoró.
Nuno Krus Abecasis.
Rui Mendes Tavares.

Partido Comunista Português (PCP)

Jorge Manuel Abreu de Lemos.
José Manuel Paiva Jara.

União Democrática Popular (UDP)

Manuel Augusto Monteiro.

Independentes

Amantino Marques Pereira de Lemos.
Américo de Sequeira
António Augusto Gonçalves.
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
Carlos Galvão de Melo.

Carmelinda Maria dos Santos Pereira.
 Fernando Adriano Pinto.
 Francisco Barbosa da Costa.
 João António Martelo de Oliveira.
 José Gonçalves Sapinho.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António Alberto Monteiro de Aguiar.
 António Fernandes da Fonseca.
 António Fernandes Marques Ribeiro Reis.
 António Jorge Moreira Portugal.
 António Manuel Maldonado Gonelha.
 Carlos Manuel Natividade da C. Candal.
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.
 Fernando Tavares Loureiro.
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
 Herculano Rodrigues Pires.
 Joaquim Manuel Barros de Sousa.
 José Luís do Amaral Nunes.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Mário Augusto Sotto Mayor Leal Cardia.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Victor Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD)

Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 Augusto Nunes de Sousa.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Maria Élia Brito Câmara.

Centro Democrático Social (CDS)

António Simões Costa.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Francisco António Lucas Pires.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Francisco Miguel Duarte.
 Vital Martins Moreira.

Independentes

António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Joaquim Veríssimo.
 António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 José Alberto Ribeiro.
 Olívio da Silva França.

O REDACTOR PRINCIPAL.

Manuel Adolfo de Vasconcelos